UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LIVIA MIDORI OKINO YOSHIKAI

Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho

São Paulo
2009

LIVIA MIDORI OKINO YOSHIKAI

Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade- de São Paulo

Yoshikai, Lívia Midori Okino.

Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho / Lívia Midori Okino Yoshikai; orientador Marcelo Afonso Ribeiro -- São Paulo, 2009.

123 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Organização do trabalho 2. Trabalho doméstico 3. Trabalho informal 4. Trabalho feminino 5. Feminismo I. Título.

HD8039.D5

FOLHA DE APROVAÇÃO

Livia Midori Okino Yoshikai

Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação àquelas que são mulheres da luta diária realizada com garra: minha mãe Liyoko Okino e a todas as trabalhadoras domésticas do nosso país.

AGRADECIMENTOS

O ato da gratidão é algo difícil de ser expresso em apenas palavras ou em grandes feitos. A expressão da gratidão está presente nos pequenos gestos do dia a dia na forma de um sorriso ou um olhar mais atento e de admiração.

Como a forma possível da demonstração da gratidão nesta ocasião se dá pelo meio das palavras, não hesitarei,então agradecer:

A minha mãe Liyoko que é um grande exemplo de mulher, pois com muita luta conseguiu conciliar as duas de suas paixões: criar quatro filhas e ao mesmo tempo dedicar-se à sua brilhante carreira profissional. Agradeço a ela pela troca humana do amor e dos ensinamentos de postura diante da vida.

Às minhas irmãs Mônica, Andrea e Anamaria pelo companheirismo incondicional, pela união quando foi mais do que necessário, pelo apoio quando precisei e pelo exemplo de mulheres batalhadoras em busca da realização do que é felicidade para cada uma.

Ao meu falecido pai Olindo, que espero que o lugar da pós morte possa lhe trazer conforto, paz e descanso após um período de muita dor e sofrimento.

À amiga Paula Andrea Massa pela amizade e por estar presente ao meu lado em momentos difíceis, sendo um apoio importante e uma companhia agradável durante o período em que residi na cidade de São Paulo.

Ao meu querido companheiro César Russo, pelo carinho, paciência e dedicação, me ajudando a ter coragem para seguir em frente e por compartilhar a alegria da mais nova experiência de esperar uma vida que estar por vir: o (a) nosso (a) filho (a).

Às pessoas queridas que em algum momento da minha trajetória de vida, seja na universidade, seja na conversa de roda de amigos e no movimento estudantil da época de graduação, contribuíram para a minha formação acadêmica e pelo gosto por temas relacionados à sociedade, cultura e política. Todos eles foram um pouco professores e me ajudaram na atividade de reflexão e postura crítica. Essas pessoas são: a amiga e companheira de Centro Acadêmico Cris, a amiga Eliana Zucchi, os amigos Dom, Paulo Ramos, Morais, Tom e Braga. Às trabalhadoras domésticas que auxiliaram a minha mãe nos cuidados com a casa e com as filhas, em especial, as inesquecíveis Luzia e Helena e à atual trabalhadora Sandra que semanalmente se dedica a organização da casa. À querida Marleide, também mulher guerreira do cotidiano que tem como ganha pão o trabalho doméstico. Agradeço a ela pelas conversas sobre o tema, por me receber em sua casa com uma farta mesa de almoço, muitas histórias e pela caminhada em seu bairro. À professora Rosemeire Aparecida Scopinho que possibilitou que eu ingressasse nos estudos da área de Psicologia Social e do Trabalho na época da graduação na Universidade Federal de São Carlos. A partir do envolvimento com os projetos de pesquisa da professora Rose, é que foi despertado em mim todo o interesse pela área que até hoje me faz ser encantada pelo universo do Trabalho. Ao professor e orientador Marcelo Afonso Ribeiro que com muita paciência e compreensão trabalhou junto comigo na elaboração dessa dissertação, contribuindo sempre com seu amplo conhecimento da área de Psicologia Social e do Trabalho com muita competência e uma humildade ímpar. Á equipe' do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho do Instituto de Psicologia USP-São Paulo: professora Leny Sato, professor Marcelo Afonso Ribeiro, professor Sigmar Malvezzi, Anete Souza Farina, Fabio de Oliveira, Flavio Ribeiro, Tânia M. F. de Andrade Silva pela oportunidade de acompanhar um semestre o trabalho do CPAT. Gostaria gradecer em especial à Tatiana Freitas Stlocker das Neves pela

oportunidade de acompanhar o competente trabalho de supervisão na disciplina da graduação denominada de Psicologia Social do Trabalho e das Organizações.

Um enorme agradecimento ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da sede da cidade de Jaboticabal que possibilitou o trabalho de campo da pesquisa.

Às participantes dessa pesquisa que me abriram as portas de suas casas e das histórias de vida de cada uma delas. Histórias estas ti das e guardadas por mim como preciosidades de rara beleza, histórias de sofrimento, luta, de felicidade e de apreciação das pequenas coisas presentes no dia a dia. Sou extremamente grata pela possibilidade desse encontro.

Agradeço a todas as pessoas que torceram e me sempre me apoiaram que não foram citadas neste momento, mas que lhes retribuirei a gratidão com os gestos simples de um sorriso ou um olhar mais atento e de admiração.

RESUMO

YOSHIKAI, L. M. O. **Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho**. 2009. 123p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O trabalho doméstico remunerado, apesar de pouco valorizado e permanecer na invisibilidade, é uma das modalidades de trabalho mais comuns entre as mulheres representando cerca de 17% da participação feminina na PEA. Encontra-se entre a formalidade, no que tange aos direitos estendidos a esta categoria, e a informalidade, quanto à relação profissional que as trabalhadoras domésticas estabelecem com as patroas. No Brasil, tem suas raízes no escravagismo e está atrelado à divisão sexual do trabalho que, sócio-historicamente, construiu a distinção entre os papéis de gênero, ficando a cargo da mulher a responsabilidade pelos cuidados da casa e da família. Além disso, sofre o atravessamento de questões de classe, pois as trabalhadoras domésticas são mulheres da massa urbana que cuidam da casa e da família para que as mulheres da camada social superior exerçam outras modalidades de trabalho remunerado. Portanto, instala-se a bipolaridade quanto ao trabalho feminino, isto é, por um lado verifica-se um aumento da participação no mercado de trabalho e a inserção em profissões de nível superior de prestígio e, por outro, há forte presença em trabalhos precarizados e de pouca valorização social como a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o trabalho doméstico assalariado, herdeiros do escravagismo, num coorte de raça, gênero e classe social claramente definido. Os objetivos principais desta pesquisa foram reconstruir a história do trabalho doméstico localizada dentro do processo de construção sócio-histórica do trabalho e compreender suas representações sociais a partir do relato de cinco trabalhadoras domésticas obtido através de entrevistas semi-estruturadas analisadas pelo método de associação de idéias. Os resultados centrais indicaram que a configuração desta relação inerente ao trabalho doméstico, torna esta atividade mais próxima da servidão: a trabalhadora doméstica está isolada, suas humilhações não estão compartilhadas, está diretamente submetida à patroa por conta de uma relação assimétrica e não formalizada de poder que não deixa claro quais seriam as regras do contrato de trabalho, permitindo abusos e fraudes de ambas as partes. Conclui-se que o trabalho doméstico é uma modalidade de trabalho remunerado que faz transparecer o lugar e o papel social da mulher na sociedade brasileira atravessada pelas questões de raça, gênero e classe, e que apresenta uma ambigüidade às trabalhadoras domésticas e às suas patroas. Em relação às patroas, elas se libertaram parcialmente do papel de responsáveis pelos afazeres domésticos (questão de gênero), mas contratam outras mulheres de uma camada social inferior (questão de classe) para executarem esse trabalho, reforçando o papel social do qual estão, gradativamente, se emancipando. No tocante às trabalhadoras domésticas, seu trabalho permite uma renda e certa independência financeira, indicando uma relativa emancipação, entretanto reproduz o lugar de responsável pelos afazeres domésticos (questão de gênero) e submetida a relações informais que remeteriam às raízes escravagistas desta modalidade de trabalho (questão de raça) estabelecidas por suas patroas, que se emanciparam destas atribuições (questão de classe). Vale salientar que o trabalho doméstico é uma dentre tantas outras possibilidades para o grupo de trabalhadores da massa urbana, que tem seu trabalho marcado, em geral, pela precarização e pela informalidade.
Palavras-chave: organização do trabalho, trabalho doméstico, trabalho informal, trabalho feminino, feminismo.

ABSTRACT

YOSHIKAI, L. M. O. **Psychosocial analysis of domestic workers through social representations of work**. 2009. 123p. Dissertation (Master) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

The paid domestic work, although somewhat not valued and invisible, is one of the most common ways of work among women, representing about 17% of female participation in the Economically Active Population. It can be find among the formality, in regard to the rights of this category; and informality, by the professional relationship that the domestic workers lay with the employers. In Brazil, has its roots in slavery and is linked to the sexual division of labor which defined the distinction between the roles of gender, attributing to the wife the responsibility for the care of home and family. Moreover, there are issues of class, because the domestic workers are women of the urban mass that take care of home and family so that women of higher social layer perform other types of paid work. So, a bipolarity of the women working is installed. On one hand, there is an increase in labor market participation and inclusion in professions of higher level. And, on the other hand, there is a strong presence in precarious work and socially bad evaluated as the responsibility for domestic activities and the paid domestic work, heirs of slavery, in a clearly defined cohort of race, gender and social class. The main objectives of this research were: the reconstruction of the domestic work history; and the understanding of its social representations from the reporting of five domestic workers obtained through semi-structured analyzed by the method of the association of ideas. The main findings indicated that the way that the domestic work is built makes this activity more closer of the slavery: the domestic worker is isolated, their humiliations are not shared, she is directly submitted to the boss, which establishes an asymmetrical and not formalized relationship of power that leaves not clear what are the rules of the employment contract, allowing abuses and fraud on both sides. As a conclusion, the domestic work is a form of paid work that makes clear the place and social role of women in Brazilian society crossed by issues of race, gender and class, and it presents an ambiguity for the domestic workers and their employers. The employers are partially released of responsibility of the domestics tasks (issues of gender), but hire other women of a lower social layer (issues of social class) to perform such work, reinforcing the social role from which they are gradually being emancipated. With regard to domestic workers, their work allows for certain income and financial independence, indicating a partial emancipation, however they continue to have the responsibility by the domestic tasks (issues of gender) and to be submitted to informal relationships by their employers emancipated of these tasks (issues of social class), what are related to the roots of slavery of this modality of work (issues of race). It is important to say that domestic work is one among many other work possibilities for the group of employees of the urban mass, which, in general, have their work marked by precariousness and informality.

Keywords: work organization, household management, informal work, working women, feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Jornada semanal total segundo sexo, posição na ocupação e tipo de trabalho

Gráfico 2 - Jornadas médias semanais para o mercado de trabalho e para a reprodução social segundo sexo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados das participantes da pesquisa

SUMÁRIO

1. Introdução 14

2. Revisão de Literatura 18

2.1 O trabalho doméstico: da informalidade à profissionalização 20

2.1.1 Raízes do trabalho doméstico 20

2.1.2 A história do trabalho doméstico no Brasil 21

2.1.3 A formalização do trabalho doméstico 26

2.2 A divisão sexual do trabalho 29

2.2.1 Uma breve incursão histórica na construção sociolaboral do papel da mulher 29

2.2.2 A bipolaridade do trabalho feminino 35

2.3. Trabalho doméstico/trabalho feminino 39

2.3.1 A naturalização do trabalho doméstico enquanto uma atividade inerente à mulher ...39

2.3.2 A relação de trabalho: servilidade ou jogos de forças 45

2.3.3 “Trabalho” sob o ponto de vista de alguns autores 50

2.4. As representações sociais 54

2.4.1 As representações sociais do trabalho doméstico 56

3. Justificativa 60

4. Objetivos 64

4.1 Objetivo geral 66

4.2 Objetivos específicos 66

5. Método 68

5.1 Participantes 70

5.2 Instrumentos 70

5.3 Procedimentos 71

5.4 Tratamento dos dados 71

5.5 Recursos materiais 73

5.6 Preceitos éticos 73

6. Análise e discussão dos dados 74

6.1. A relação com as patroas: elemento central para a compreensão das representações sociais do trabalho doméstico 78

6.1.1 A condição de servidão e a humilhação social 82

6.1.2. Os conflitos entre os dois pólos da relação assimétrica 84

6.2. A (des)valorização e o estigma do trabalho doméstico: trabalho doméstico é trabalho? 87

6.3 A formalização da relação de trabalho: a questão do registro em carteira 91

6.4 O sentido do trabalho 95

6.5 O trabalho doméstico como possibilidade emancipação feminina? 96

7. Conclusão e considerações finais 100

8. Referências Bibliográficas.....108

9. Anexos 114

9.1 ANEXO 1 - Roteiro de entrevistas 116

9.2. ANEXO 2- Modelo de termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa 120

INTRODUÇÃO

As mudanças da Terceira Revolução Industrial acarretaram na emergência de um novo padrão industrial com um novo paradigma tecnológico e nas regras de produção e organização do trabalho (Mattoso, 1994). Neste contexto do infocapitalismo flexível global, distinguindo do contexto da modernidade industrial (Blanch, 2003), as premissas regidas pelo desenho neoliberal apontam para um contexto de trabalho pluri: pluriemprego, pluriprosfissão, pluriempresa. Desta nova perspectiva da pluralidade, da heterogeneidade, da precarização e da flexibilização do trabalho, a categoria "trabalho" vem sendo colocada em pauta de debate sobre sua centralidade enquanto categoria fundante da humanidade.

A referência do que é trabalho formal e trabalho informal, no presente projeto de pesquisa, se baseia no contrato de trabalho, ou seja, nos vínculos empregatícios estabelecidos entre trabalhador e patrão. O trabalho formal é regulado pela legislação vigente na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), sendo submetido à vigilância e fiscalização realizada pelo Estado. Já o trabalho informal é caracterizado por um conjunto de atividades geradoras de rendas, mas que não é regularizado dentro da vigência prescrita na CLT, portanto não está protegido pela Seguridade Social.

Dentro deste contexto, é possível identificar um tipo de trabalho que, por razões históricas, culturais e sociais, encontra-se na intersecção entre as duas categorias, formal e informal: o trabalho da trabalhadora doméstica que é o foco do presente projeto de pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O trabalho doméstico: da informalidade à profissionalização

2.1.1 Raízes do trabalho doméstico

O trabalho doméstico situado sócio-historicamente pode ser apresentado por duas vertentes descrita por Fróes (2002):

- Uma defende que a classe dos domésticos é oriunda de um contexto onde estes eram valorizados pelos patrões, uma vez que aos domésticos eram concedidos honrarias e privilégios e;
- A outra coloca a associação entre trabalho doméstico e escravagismo, sendo essa modalidade de trabalho herdeira do trabalho escravo.

Davis (1988), sociólogo e jurista, defende a primeira tese enunciada que se refere ao trabalho doméstico como sendo exercido no espaço nobre e, por conta disso, se constituiria uma tarefa nobilitante.

Além disso, segundo o mesmo autor, a concepção da classe doméstica como detentora de uma atividade nobre perpassa a história, através de uma trajetória de referências mitológicas e bíblicas, como por exemplo, a mitologia grega da participação do cocheiro da saga de Ganimedes (príncipe troiano que teria sido raptado por Zeus para ser copeiro dos deuses) ou como na época medieval em que a aia era uma dama de estirpe e pagens escudeiros dispunham de graus de escala honorífica das ordens de cavalaria.

Quanto ao trabalho doméstico exercido dentro de uma prática escravagista, Davis (1988) pontua que havia condições distintas entre os escravos da senzala e os escravos que exerciam os serviços domésticos e conviviam na casa dos senhores. Os escravos domésticos, portanto, acabavam por ocupar uma condição privilegiada se comparada à condição dos primeiros.

Froés (2002) aponta, exatamente, que a origem escravagista que a segunda vertente, ao descrever a história dos domésticos, vai se calcar para defender sua tese seria a atuação de preconceito e desvalorização social do trabalho doméstico.

Pinsky (2000) afirma que desde a Antiguidade, na história dos povos da Mesopotâmia e do Egito, a prática escravagista foi utilizada para a construção de obras públicas. Nesta época, as pessoas que trabalhavam nas obras públicas eram, a priori, homens livres, entretanto quando fossem convocados pelos seus governantes a trabalharem nas construção de templos e barragens eram obrigados a trabalhar em regime de escravidão.

Já na Antiguidade Clássica, a escravidão foi uma prática de extração de trabalho daqueles que eram vencidos em guerras ou caíam na dominação dos governantes gregos, atenienses e romanos. Para Froés (2002), a prática escravagista remete aos tempos de guerra em que os povos que perdiam as batalhas caíam sobre o domínio, sendo escravizados pelos povos que venceram. No caso do Brasil, a escravidão foi uma prática utilizada desde o início do processo de colonização do país com a chegada dos europeus em terras sul americanas.

2.1.2 A história do trabalho doméstico no Brasil

No Brasil, algumas pesquisas descrevem a origem e a trajetória da história do trabalho doméstico (Fróes, 2002; Melo, 1998; Santos et al., 2003). Tais estudos mostram a origem escravista do trabalho doméstico, o qual deparou-se com um longo processo de reconhecimento jurídico formal na história brasileira. Do trabalho baseado na forma escravista, passando pela servilidade, o trabalho doméstico passou a ter alguns direitos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) estendidos a esta categoria, através da Constituição de 1988: registro em carteira, salário mínimo, irredutibilidade dos salários, 13° salário, repouso semanal preferencialmente aos domingos, férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal, licença gestante, licença paternidade, aviso prévio e aposentadoria (Brasil, 1988).

Na origem do desenvolvimento do Brasil, Froés (2002) afirma que, no início do processo de colonização do país, havia apenas os nativos e colonizadores e, com o passar do tempo, a fixação dos europeus demandou uma mão de obra de trabalho nas terras em que os colonos passaram a habitar e constituir suas famílias.

Em um primeiro momento, a mão de obra escrava era constituída pelos índios, pois estes ensinavam aos colonos o aproveitamento dos recursos naturais. Além disso, iniciava-se o processo de fixação dos europeus em terras brasileiras, sendo necessária a construção de infra-estruturas nos moldes dos colonizadores, que possibilitavam a estes a manutenção da vida e de suas casas. Portanto, segundo Santos et al. (2003), neste início da época da colônia, senhores e escravos se dedicavam às tarefas diárias como o vestir e a construção e fabricação dos utensílios.

A descrição histórica de Santos et al. (2003) demonstra que as atividades domésticas, nesta época, eram realizadas por índias escravizadas que socavam o milho, preparavam a mandioca, teciam redes e moldavam o barro.

Posteriormente, a atividade açucareira na metade do século XVI, passou a demandar mais mão de obra escrava, enquanto a população indígena ia minguando por conta da super-exploração e pelo alto índice de mortalidade destes povos. Então, os europeus passaram a submeter povos do continente africano e trazê-los para o Brasil.

Pinsky (2000) afirma que a escravização dos negros se deu em função da ausência de mão de obra de baixo custo operacional e em escala suficiente que desse conta do novo projeto das grandes lavouras que no Brasil se instalavam nessa época. Isto quer dizer que os negros africanos foram trazidos para exercer o papel de força de trabalho compulsório para atender as demandas das grandes lavouras.

A descrição histórica de Santos et al. (2003) apresenta que sempre houve mulheres escravas as quais eram atribuídas as tarefas domésticas, como lavar, cozinhar e cuidar de crianças. Na época da colônia, as formas de organização estruturais dos engenhos e nas casas dos senhores, acabavam por permitir uma convivência de mulheres escravas e negras próxima à família dos senhores de engenho. As autoras chegam a afirmar a ausência de noção de intimidade desta época.

Com a instauração do Império, demarcado pela mudança da família real ao Brasil, internalizando o aparelho estatal que desembocaria na independência do país, com a conseqüente demanda de mão de obra nos grandes engenhos e o desenvolvimento do comércio nos recentes centros urbanos, a escravização dos negros torna-se o ponto convergente de duas esferas antagônicas, a esfera privada e a esfera pública, uma vez que os escravos eram considerados como propriedade dos seus senhores enquanto a ordem pública dava o aval a esta prática.

Neste período, a noção de intimidade passa a ser aplicada na sociedade imperial e a casa grande distanciada da senzala passa a demarcar mais ainda espaços de segregação daqueles que dominam dos dominados, no caso, os escravos.

No entanto, as escravas, que eram designadas para os serviços domésticos e recebiam a nomeação de mucamas, tinham um trânsito mais freqüente dentro das casas dos seus senhores, assumindo funções tais como babás, cozinheiras, lavadeiras, costureiras e amas. Alguns homens negros escravos também realizavam atividades domésticas, principalmente de cozinheiro (Costa, 2007).

Santos et al. (2003) descrevem que a partir da possibilidade de alforria no Brasil, passou a ser adotada a prática de aluguel de ex-escravos destinados aos serviços domésticos e à atividade de venda de doces e hortaliças.

As escravas que moravam dentro da casa grande junto aos membros do lar, acabavam por estar sob o comando e proteção dos seus senhores, os quais exerciam a prática paternalista que era freqüente nessa época no Brasil. O critério de escolha dessas mulheres escravas se orientava pela aparência. Além disso, ao serem encaminhadas ao trabalho dentro da casa grande, estas escravas se vestiam de forma diferenciada das outras mulheres cativas da senzala (Kofes, 2001).

O grupo social formado pelos escravos negros começa a se diferenciar e a estabelecer uma hierarquia sócio-economicamente estabelecida e, no caso específico das mulheres, se forma uma divisão entre as escravas da senzala e as escravas da casa grande, incluindo os ex-escravos na estratificação social brasileira. “De modo bastante regular, os escravos domésticos asseguram-se de acentuado destaque na hierarquia escrava” (Costa, 2007, p. 47).

Na tradição sociológica, a estratificação social é um conceito universal que representaria a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade com base no

prestígio diferencial das diferentes posições sociais, situando os indivíduos na estrutura social através de critérios objetivos (por exemplo, propriedades, bens e nível de educação) e subjetivos (por exemplo, prestígio e valorização de atributos de legitimação como família de origem, etnia, sexo e cor da pele) e dando origem às classes sociais (Stavenhagen, 1962).

A estrutura social se refere ao conjunto das relações dos homens entre si e com as coisas materiais que os cercam,

> relações interdependentes e geradas historicamente na atividade social de produzir e reproduzir as condições essenciais de sobrevivência do grupo. Desse modo, toda estrutura social contém, no mínimo, essas três partes que lhe são inseparáveis: por base, uma forma histórica de produção (relações homem-natureza); por corpo, um sistema de estratificação social (relações homem-homem); por cúpula, um conjunto de instituições e valores sociais, cujo escopo é sancionar e manter, como um todo, o sistema estreitamente interdependente formado por essas partes (Costa Pinto, 1970, p. 74).

As classes sociais seriam agrupamentos particulares de grande envergadura e de fato, à distância, caracterizados por sua suprafuncionalidade, permanentes, com uma tendência à estruturação crescente, ao estabelecimento de obras culturais específicas, tendo base na posição ocupacional e econômica das pessoas que fazem parte de dado estrato social. São categorias analíticas que permitiriam o conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamismos sociais num dado momento sócio-histórico através do reconhecimento da mediação dialética entre estrutura sócio-econômica de classe, condições da vida cotidiana e possibilidades de ação social (Markert, 2002). A estratificação seria a aparência social, enquanto que a classe social seria a essência social.

Após a abolição da escravidão, os trabalhos manuais continuaram a ser realizados pela população negra e muitas mulheres filhas de escravas passaram a exercer atividades ligadas aos serviços domésticos.

Segundo Kofes (2001), a escravidão dos negros no Brasil contribuiu para que se formasse a representação que associa o negro ao trabalho manual e aviltante, incluindo aqui, o trabalho doméstico. Porém, a abolição da escravidão aliada à política do embraquecimento da população brasileira a partir das imigrações européias, possibilitou que mulheres brancas também passassem a realizar atividades domésticas assalariadas.

Essa é uma passagem histórica importante, pois o trabalho doméstico e manual, que não era valorizado socialmente e, por isso, foi desempenhado por homens e mulheres negros(as) escravos(as) neste período da história do Brasil é estendido, com a abolição da escravidão, do homem e da mulher negro(a) escravo(a) para a mulher, em geral, sem designação de raça, mas sim de sexo.

O trabalho doméstico, então, fica marcado pela herança do escravagismo e se torna o trabalho destinado socialmente às mulheres, independente de raça e classe social, ou seja, os critérios de raça, classe social e sexo, são resumidos e substituídos pelo critério do sexo. O trabalho doméstico, remunerado ou não remunerado, vai determinar o lugar e o papel social da mulher na sociedade brasileira por um longo período do século XX, como será analisado mais adiante.

2.1.3 A formalização do trabalho doméstico

Segundo Froés (2002), a trajetória do trabalho doméstico assalariado no Brasil e sua regulamentação tem um marco no ano de 1886 com o Código de Posturas do município de

São Paulo que previa regras para criados e amas de leite, pois ambos deveriam ser registrados perante a Secretaria de Polícia que emitia uma caderneta para efeito de identificação.

Segundo a autora, havia direito a aviso prévio na rescisão do contrato de trabalho de prazo indeterminado, de cinco dias, pelo empregador, e oito dias, pelo empregado. A justa causa era possível através da comprovação de doença ou por desobediência por parte do empregado. Além disso, caso houvesse rescisão do contrato de trabalho por parte tanto do empregado, como do patrão, a pena seria multa ou prisão simples.

Em 1890, segundo Santos et al. (2003), no Estado do Piauí, foi aprovado um decreto que criava uma matrícula e, a partir desta, era emitido uma carteira de trabalho, além de passar a serem determinados os direitos e obrigações da trabalhadora doméstica[1]. O objetivo, segundo as pesquisadoras, seria em função de controle policial e saúde pública, mas já havia algumas garantias aos trabalhadores.

A partir da promulgação do Código Civil, em 1º de janeiro de 1916, as atividades domésticas passaram a ser legitimadas juridicamente mediante o pagamento.

Em 1941, houve um decreto que regulou integralmente o trabalho doméstico. Destaca-se um artigo no qual se definia juridicamente os trabalhadores domésticos: "São empregados domésticos todos aqueles que, de qualquer profissão ou mister, mediante remuneração, prestam serviços em residências particulares ou em benefício destas" (Fróes, 2002, p.).

Saffioti (1979) afirma que em 1960 a lei passa a permitir, na condição de assegurados facultativos, que os trabalhadores domésticos se inscrevessem na Previdência. Em 1972, define-se a função das trabalhadoras domésticas e a utilização da carteira de trabalho.

---

[1] Nesta Dissertação será utilizada a nomenclatura "trabalhadora doméstica" e não "empregada doméstica" ou "trabalhador doméstico" para ter uma coerência com a estrutura socialmente construída dessa modalidade de trabalho na realidade brasileira. Primeiramente por uma questão de gênero, já que este é um tipo de trabalho predominantemente desempenhado por mulheres. E, segundo, pela forma de vínculo estabelecido com o empregador(a), que é basicamente informal, não marcado pelo vínculo empregatício, portanto, em geral, não se é uma empregada.

E, na Constituição de 1988, alguns direitos previstos na CLT são estendidos à categoria das trabalhadoras domésticas.

Atualmente, a bandeira de luta dos sindicatos e associações de trabalhadoras domésticas é o reconhecimento da categoria, incluindo-a dentro da CLT, prevendo direitos sociais que ainda não foram concedidos a ela, como: fundo de garantia por tempo de serviço, seguro-desemprego e seguro por acidente de trabalho (Melo, Pessanha & Parreiras, 2005).

Através do levantamento bibliográfico, é possível identificar o paradoxo que permeia esta profissão, principalmente no que tange à relação profissional que as trabalhadoras domésticas estabelecem com os patrões.

Por um lado, verifica-se a presença de uma relação entre trabalhadoras domésticas e patrões calcada em condutas paternalistas (Brites, 2003), as quais podem ser expressas por meio de doações materiais feitas por patrões às trabalhadoras domésticas como, por exemplo, doações de roupas velhas, móveis e comida, deixando explícita a assimetria que configura esta relação. Remete-se, então, à herança escravista, em que os escravos eram "gratificados" pelo trabalho, muitas vezes, com restos de comidas e roupas velhas.

E, por outro lado, é possível inferir uma tendência em direção à formalização dos serviços domésticos, orientada para o estabelecimento de vínculos e relações empregatícias sem relação de parentesco fictícia, descartando o paternalismo.

O surgimento de agências que intermediam a relação entre trabalhadoras e patroas e a elevação do número de diaristas, em detrimento da diminuição de trabalhadoras domésticas que moram nas casas dos patrões, parece indicar um movimento à profissionalização do serviço doméstico. Isto se deve ao fato da aprovação de direitos da CLT estendidos às

trabalhadoras domésticas, assim como a formação de sindicatos e associações representativos da categoria.

Portanto, valores, necessidades e arranjos informais entram em peculiar composição com direitos e deveres contratuais como estratégias acionadas pelas duas partes desiguais da relação; esta informalidade se reflete juridicamente na permanência da distinção legal entre "empresa" e "casa" e segue excluindo as trabalhadoras domésticas das regulamentações formais sobre horário de trabalho, seguro desemprego e piso salarial.

Um dado que corrobora com este paradoxo é que, apesar do direito ao registro na Carteira de Trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, realizada pelo IBGE, mostrou que 74% das trabalhadoras domésticas trabalham sem carteira assinada (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004).

Aqui deve-se refletir também acerca da construção social dos espaços físicos e do que está determinado para ser feito em cada espaço, além da sua valorização, de quem ocupa e como ocupa cada um dos espaços. Quando se pensa, por exemplo, nos espaços da casa e da empresa, se associa automaticamente a lugar de moradia e da família na casa e a lugar de trabalho na empresa.

A casa, como espaço privado, seria destinado à intimidade e às atividades de reprodução social, como a criação e o cuidado dos filhos e as atividades domésticas não-remuneradas, não significadas socialmente como trabalho; enquanto que a empresa e o comércio (formal e informal), por exemplo, como espaço público, seriam destinados ao trabalho e às atividades de reprodução econômica, como o trabalho remunerado, sendo este o espaço privilegiado para realização do trabalho, socialmente reconhecido como tal.

Esses significados sociais fazem com que a casa não seja vista como local de trabalho e as atividades domésticas não seja reconhecidas como atividades valorizadas de trabalho.

2.2 A divisão sexual do trabalho

2.2.1 Uma breve incursão histórica na construção sociolaboral do papel da mulher

A divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico estão atrelados, uma vez que o que está na base dessa divisão é a atribuição do trabalho da mulher aos cuidados da casa e da família. Para a compreensão do trabalho doméstico tal como se configura até os dias atuais, faz-se necessário recorrer ao entendimento da divisão sexual do trabalho.

Tendo como marco inicial a Era Moderna, é possível observar processos históricos e culturais da sociedade ocidental que auxiliaram em uma distinção entre o papel[2] da mulher e o papel do homem. Dentre esses processos, destacam-se alguns descritos por Magalhães (1998) que investigou o trabalho doméstico das donas de casa. A pesquisadora parte do momento histórico da Modernidade, tempo este em que ocorreram transformações determinantes para a construção do papel da mulher na sociedade ocidental: a atuação de padrões de civilidade e intimidade; o desenvolvimento do sentimento de infância; e a formação da família burguesa.

Ariès (1981) afirma que os padrões de civilidade e intimidade estão arraigados no surgimento da Modernidade, uma vez que foi nesse período que se constituiu o embrião da

---

[2] O conceito de papel será utilizado a partir da teoria estruturalista dos papéis, cujo conceito refere-se a atuação das pessoas que deve ser orientada por *scripts* escritos na cultura. Tais *scripts* são padrões de comportamento atribuídos para certas posições, geralmente dentro de uma estrutura social, e fundamentados em valores societais que tendem a ser compartilhados pelos indivíduos, grupos ou organizações de cada sociedade através das interações sociais. Os papéis são fixações que se institucionalizam antes mesmo da interação social acontecer, delimitando sua forma e suas possibilidades (Bazilli, 1998, p. 116-117).

diferenciação entre o público e o privado que foram definitivamente distintos entre si após as revoluções liberais no século XIX.

A civilidade compreendeu a possibilidade do Estado controlar os espaços de existência coletiva e da sociabilidade, elaborando normas obrigatórias que deviam ser aplicadas a todos os indivíduos. Ao mesmo tempo, nesse período, tal regulamentação opôs-se "ponto por ponto, aos movimentos dos corações e dos corpos em suas paixões íntimas" (Ariès, 1981, p.). Isto é expresso através do surgimento da apreciação pela solidão e utilização particularizada das casas por grupos que se constituíam dentro de um seio íntimo.

Magalhães (1998) fala da instituição de um individualismo dos costumes da vida cotidiana que acarretou na emergência de uma nova concepção de família que, no período anterior, o da Idade Média, representava uma unidade econômica e um domínio feminino; e na fundação moderna, passa a ser considerada um "lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância" (Magalhães, 1998, p.).

O desenvolvimento do sentimento de infância que Magalhães (1998) coloca em evidência refere-se às transformações ocorridas no começo da Era Moderna que acarretaram na distinção entre crianças e adultos, uma vez que no período histórico anterior, a criança era inserida dentro de uma participação comunitária que não diferia da dos adultos.

A alta taxa de mortalidade infantil, o desenvolvimento dos conhecimentos da Medicina aliados ao sentimento de afeição à criança e uma representação moderna da criança como fonte de relaxamento e diversão para os adultos contribuíram para a elaboração de cuidados diferenciados aos pequenos, visando a preservação dos mesmos.

Além disso, o Estado e a Igreja interferem na educação voltada para a civilidade e a preservação dos valores religiosos, tal como a família.

Sendo assim, a criança que antes experienciava uma sociabilidade diluída na comunidade, pois o foro privado nasce na modernidade, passa a ser protegida e educada perto da família, sob a orientação civilizatória do Estado e da Igreja.

Concomitante e complementarmente ao desenvolvimento do sentimento da infância, atribuiu-se a mulher a um determinado lugar no ciclo da vida. O papel da mulher passa ser a de criadora e responsável pelos cuidados da criança, isto é, ao papel da mãe que é referido à esfera reprodutiva (Gélis, 1991).

Segundo Santana (2003), a organização social medieval que antecede a formação da família burguesa, não remetia a fraqueza, a sensibilidade e a inadequação para o trabalho físico às mulheres. A pesquisadora descreve que homens e mulheres trabalhavam seja no artesanato, no cultivo e nos cuidados dos filhos, sendo que estes últimos também participavam das atividades laborais. Além disso, as mulheres podiam participar do processo econômico e da esfera produtiva.

Magalhães (1998) afirma que é no século XVIII, com a criação das indústrias que são desenvolvidas novas formas de produção em consonância com uma reorganização social e econômica, acarretando o afastamento de mulheres e crianças desses novos centros de produção e socialização. Deste modo, houve também uma transformação na organização familiar e na forma de convivência entre os entes de cada grupo que cada espaço doméstico e íntimo passou a abrigar.

Desse modo, a separação entre o público e o privado passa a adquirir valores masculinos e femininos, respectivamente. A esfera da produção, fora do lar é permeada pela razão, enquanto no ambiente doméstico o que predomina é a vida emocional.

Institui-se assim, a divisão sexual do trabalho da Era Industrial, contexto este que não foi responsável pela divisão de tarefas e funções entre homens e mulheres, mas que permitiu

uma distinção entre o sexo feminino e masculino relacionada à esfera pública e privada. A esfera pública, designada ao sexo masculino, passa a ser o espaço do mundo da produção de bens que têm o poder de troca na sociedade, isto é, a relação entre trabalho e remuneração era mais designada aos homens do que às mulheres.

No final do século XIX, o sanitarismo também contribuiu para a designação das responsabilidades do lar às mulheres. Santana (2003) descreve que, neste período, as mulheres atuavam como agentes de saúde, auxiliando os médicos nas políticas sanitaristas e, desta forma, poderiam garantir a ordem da casa, a saúde e a higiene dos componentes das famílias.

Na década de 1960, uma série de movimentos passa a se opor às formas de poder institucionalizadas. Magalhães (1998) descreve que, neste período histórico, buscou-se a redefinição da noção de igualdade instituída desde o século XVII. Além disso, passou-se a questionar a hegemonia de uma racionalidade preconizada pelo positivismo presente no pensamento ocidental, além da contestação do domínio sobre a natureza a serviço da razão visando a felicidade plena da humanidade.

Para Santos (2004), o movimento feminista foi uma organização de base social que teve uma participação na transformação dos valores e das práticas sociais nas relações entre os sexos. Além disso, para o autor, apresentou-se como um movimento que teve o compromisso de opor-se à dominação masculina, buscando unir suas forças para ultrapassá-la.

É neste contexto da década de 1960 que o movimento feminista, através dos seus anseios políticos e ideológicos a favor de uma proposta de tratamento igualitário entre homens e mulheres perante ao Estado e às práticas cotidianas, se depara com a necessidade de compreender e descrever a relação entre os sexos masculino e feminino dentro de uma conotação de poder, subordinação e submissão.

Isto quer dizer que antes desta organização política ideológica das mulheres, a sociedade se pautava mais no enfoque biológico e no discurso naturalizante das diferenças entre os sexos, o qual legitimava a condição exclusivamente reprodutiva e fragilizada das mulheres, onde a "diferença sexual foi estabelecida não somente como fato natural, mas também como base ontológica para a diferenciação política e social" (Scott, 2005, p. 20).

Após o Feminismo, passou-se a procurar traduzir a diferença sexual em desigualdade e a luta feminista era a luta contra a exclusão da cidadania e do exercício político, ou seja, luta pela modificação do jogo de forças sociais exclusivamente dominado pelo masculino.

O Feminismo pode ser definido como um "movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos" (Oliveira, 1969, p. 424), uma estrutura básica de consciência (Lamas, 1995) ou ainda:

> a denúncia e a luta contra as práticas sexistas, isto é, as atitudes, práticas, hábitos e em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo e só por esta razão - seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social (Nogueira, 2000, p. 4).

Sendo assim, a diferença sexual, de base biológica e orgânica continua sendo um fator importante na compreensão do sexismo, mas não mais como ponto exclusivo que estaria na base da dominação masculina sobre as mulheres. É dentro deste processo que ganha força a elaboração de um novo conceito que consiga ir além desta diferenciação sexual, traduzido na concepção de gênero (Barbieri, 1991; Scott, 1995).

O termo gênero, segundo Barbieri (1991), emerge, então, dos estudos acadêmicos feministas para dar conta da busca do sentido do comportamento de homens e mulheres como seres sexuados, isto é, faz-se necessário levar em conta uma série de determinações sobre as

pessoas tanto do sexo masculino como do feminino que se expressam e que respondem aos comportamentos observados.

Esta mesma pesquisadora afirma que para se compreender o sexismo de forma mais ampla, fez-se necessário, a partir do Feminismo, recorrer ao uso do sistema sexo/gênero que refere-se:

> ao conjunto de práticas, símbolos, representações anátomo-fisiológicas e que dão sentido a satisfação dos impulsos sexuais, a reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são as tramas de relações sociais que determinam as relações dos seres humanos enquanto pessoas sexuadas (Barbieri, 1991, p. 30).

A questão do sistema sexo-gênero coloca em causa a própria pesquisa de diferenças sexuais acentuando a construção social do gênero e o pressuposto que o gênero é construído como um processo, não como verdade fixa, podendo ser teorizado de várias maneiras (Hare-Mustin & Marecek, 1990; Nogueira, 2001).

São outros tempos para as mulheres, tempo histórico e cultural que abrigou novos rumos para o tratamento das mulheres nas sociedades ocidentais capitalistas, onde a visualização do sexismo passa a ser focada nas relações de gênero:

> na medida em que a sociedade está organizada em termos daquilo que é compreendido como diferenças essenciais entre homens e mulheres, fazer o gênero torna-se assim inevitável (Howard & Hollander, 1997, p. 37).

2.2.2 A bipolaridade[3] do trabalho feminino

Nogueira (2000) aponta ainda que outro fator contextual importante foi a euforia oriunda da explosão econômica posterior ao pós segunda guerra e o rápido aumento dos padrões de vida em alguns países, que possibilitou às mulheres uma imagem diferente, quando estas passaram a participar no mercado de trabalho.

A partir de então, houve a possibilidade da utilização dos métodos contraceptivos e a reivindicação da liberdade da sexualidade que foram importantes para se contrapor à naturalização da mulher ao papel de mãe e esposa.

A luta pela eqüidade de direitos entre mulheres e homens permitiu às mulheres que passassem a ocupar outras posições na sociedade e na família que não fossem exclusivamente atribuídas à esfera reprodutiva.

Portanto, a trajetória histórica das mulheres no trabalho vem se modificando a partir do século XX de forma significativa no que tange à inserção de mão de obra feminina no mercado de trabalho, à possibilidade de profissionalização e ao não confinamento apenas ao universo doméstico. A presença das mulheres no universo do trabalho permitiu a elas uma construção de uma nova identidade que é a de trabalhadoras, de agentes produtivas, onde muitas delas atualmente são chefes de família.

Além disso, segundo Bruschini (2007), no caso do Brasil, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais gerando um impacto sobre o aumento do trabalho feminino. Quanto ao aspecto demográfico, houve uma queda da taxa de fecundidade, especialmente em regiões mais desenvolvidas; redução do tamanho das famílias; envelhecimento da população com maior expectativa de vida para as mulheres se comparadas aos homens; e aumento de arranjos familiares chefiados por mulheres.

---

[3] Termo utilizado por Bruschini & Lombardi (2000).

O papel social da mulher sofreu impactos culturais e sociais, uma vez que os valores referentes à mulher mudaram a identidade feminina que está cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. O ingresso nas universidades viabilizou o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

É importante analisar que quanto mais a mulher se dedica ao trabalho remunerado fora de casa, mais as famílias necessitam de uma trabalhadora doméstica, que ocupará o lugar da mulher que teve chance de emancipar seu papel social ao ingressar no mercado de trabalho.

Esse movimento já acontecia, em menor proporção e com foco na saída da esfera doméstica para fins de educação, não de trabalho, desde as primeiras décadas do século XX para alguns poucos grupos sociais, gerando:

> a intensificação das saídas de mulheres de classes médias e altas do espaço doméstico para atividades da esfera pública, diante de conquistas de direitos sociais, sobretudo no que tange a acessos à educação, que é sustentada por mulheres pobres na condição de cuidadoras – escravas e depois empregadas domésticas, sem remuneração ou precariamente remuneradas – às quais idênticos direitos são negados. Isso sem dúvida abre conflitos, só equacionados ao longo do século XX no campo dos direitos sociais (Costa, 2007, p. 54-55).

No tocante às questões do trabalho remunerado e fora do espaço doméstico, o movimento feminista auxiliou as mulheres de determinadas classes sociais (superiores e intermediárias[4]) a se emanciparem, via trabalho, mas, simultaneamente, reforçou a divisão

---

[4] Foi utilizada a categorização da sociedade brasileira em quatro grandes camadas com características unificadoras distintas, segundo a proposta de Quadros (2003). São elas:

a. Camada superior

Formada por empresários e microempresários e a alta classe média (assalariada e autônoma) que tem como projeto de vida a expectativa de expansão contínua em termos de renda e *status quo* e oferece condições para o desenvolvimento de seus filhos.

b. Camada intermediária

Formada por pequenos negócios familiares urbanos (comércios e serviços) e a média classe média (assalariada e autônoma), que adere à lógica de mercado, estabelece um padrão individualista de relação com

social, e também de gênero, no trabalho, colocando como única possibilidade para um grande grupo de mulheres de outra classe social (massa urbana) o trabalho doméstico (questão de gênero) nas casas dessas mulheres e de suas famílias (questão de classe social), o que reflete, ainda hoje, as origens do trabalho doméstico no escravagismo.

Ao mesmo tempo, portanto, em que se fala em emancipação da mulher, isto é, a possibilidade de exercer um trabalho ou uma profissão, é possível visualizar uma forma peculiar de inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, isto é, a mulher entrou no universo do trabalho sem este deixar de ser orientado por uma determinada divisão sexual do trabalho. De acordo com Bruschini (2007), em geral, as mulheres atuam no setor agrícola (16%), no comércio (16%), na educação, saúde e serviços sociais (16%) e no trabalho doméstico (17%).

Cruz (2002), ao descrever a incursão histórica do trabalho das mulheres na Europa, afirma que a inserção de mão de obra feminina se calcou, desde os tempos remotos dos processos de industrialização e urbanização, sobre a divisão de papéis e valores que, por sua vez, são operados pelas diferenças construídas acerca dos gêneros masculino e feminino.

Sendo assim, a inserção da mulher no trabalho industrial ocorreu através de divisão de tarefas e de atividades que se constituem como extensão das atividades realizadas no âmbito doméstico, atribuindo às mulheres tarefas de caráter repetitivo, monótono ou até mesmo

---

o mundo sociolaboral e consegue um padrão de vida que garantiria uma adequada qualificação para seus filhos se desenvolverem com uma vantagem competitiva e, apesar de estarem muito submetidos às oscilações do mercado, parte dos grupos que a compõe dispõe de recursos para lidar com as instabilidades sazonais, enquanto outra parte não.

c. **Massa urbana**

Formada pela baixa classe média assalariada e pela classe baixa, sendo composta de operários, autônomos, informais, assalariados não qualificados e desempregados de longa duração, num grupo diversificado, porém sofrendo as mesmas restrições sociais de acesso à educação, trabalho e saúde, o que os deixa submetidos aos movimentos do mundo do trabalho e com pouco a oferecer para o real desenvolvimento de seus filhos, no qual se inclui a trabalhadora doméstica.

d. **Massa agrícola**

identificando espaços de trabalhos inerentemente femininos a setores mais tradicionais da economia como o comércio de produtos alimentares, vestuário e transporte de mercadorias.

O panorama apresentado por Bruschini (2007) da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro desde o período da década de 1990 até o ano de 2005, apresenta, por um lado, um aumento da inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho e, por outro, uma predominância do trabalho feminino em atividades precárias e informais.

> Em 2005, nada menos que 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários, ou de menor qualidade, no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas (mais de 6,2 milhões), seja realizando atividades não remuneradas (3,3 milhões) ou trabalhos na produção para o consumo próprio ou do grupo familiar, (2,7 milhões) (Bruschini, 2007, p. 22).

Das trabalhadoras domésticas brasileiras, que correspondem a aproximadamente 17% das mulheres ativas economicamente, 75% não tem registro em carteira de trabalho, configurando uma atividade informal e, em geral, precarizada.

Hirata (2001), corroborando Bruschini (2007), afirma que os efeitos da globalização foram complexos e contraditórios e, especificamente, no caso das mulheres no trabalho, houve um crescimento destas no mercado do trabalho, tanto nas áreas formais quanto informais, no entanto esta inserção ocorre principalmente em empregos precários e vulneráveis como tem sido o caso, segundo a pesquisadora, na Ásia, Europa e América Latina.

Portanto, instala-se um paradoxo da globalização (Hirata, 2001) ou a bipolaridade (Bruschini & Lombardi, 2000) quanto ao trabalho feminino, isto é, por um lado verifica-se

---

Formada por pequenos agricultores familiares e trabalhadores agrícolas (assalariados ou não), que têm baixos rendimentos e poucas condições de existência e de fornecer alguma estrutura para o desenvolvimento de seus filhos.

um aumento da participação no mercado de trabalho e a inserção em profissões de nível superior de prestígio como Medicina e Engenharia e, por outro, há forte presença em trabalhos precarizados e de pouca valorização social como a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o trabalho doméstico assalariado, herdeiros do escravagismo, num coorte de raça, gênero e classe social claramente definido. West e Fensternmaker (1997) apontam que nenhuma pessoa pode conhecer gênero sem simultaneamente conhecer raça e classe.

2.3 Trabalho doméstico/trabalho feminino

2.3.1 A naturalização do trabalho doméstico enquanto uma atividade inerente à mulher

Apesar das mudanças nas relações entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, Nogueira (2000) ressalta que ainda o mundo social permanece relativamente semelhante a um passado pré-feminista, isto é, as mulheres ocidentais possuem um maior controle da fertilidade, têm mais liberdades formais e cívicas, no entanto continuam a ter responsabilidades pelo cuidado prestado às crianças e às famílias, como expresso no pensamento dominante na metade do século XX que apontava que "as carreiras femininas não deveriam estender-se além dos problemas do coração e seu mundo (deveria ser) limitado ao de filha, esposa e mulher" (Hahner, 1990, p. 51). Bruschini (2007) indica que:

> apesar de todas essas mudanças, muita coisa continua igual: as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os

> filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas (p. 5).

Portanto, apesar de mudanças significativas quanto ao papel social da mulher, mantém-se o fato de que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com filhos e idosos, configurando a dupla jornada de trabalho. Isto que dizer que mulheres que possuem alguma atividade econômica passam a ter que lidar com atividades pertencentes tanto à esfera produtiva (mercado de trabalho) quanto à esfera reprodutiva (família e moradia).

Bruschini (2007) apresenta os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2002, os quais demonstram de forma mais objetiva dados que corroboram o fato das mulheres ainda serem responsáveis pelos afazeres domésticos[5]. Em uma das perguntas do questionário sobre os cuidados com os afazeres domésticos, discriminando a variável "gênero", quase 90% das mulheres declarou executar atividades domésticas, enquanto aos homens a porcentagem de resposta afirmativa foi de 45%. Evidencia-se, claramente, uma face da desigualdade de gênero na distribuição das responsabilidades familiares e domésticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002).

Os dados referentes ao tempo gasto na dedicação aos afazeres domésticos, seguindo um número de horas semanais, foram de 27 horas para as mulheres e para os homens um pouco mais de 10 horas. Além disso há diferenças nos tipos de atividades domésticas que os homens realizam. Bruschini (2007), ao citar a pesquisa de Sorj (2004), diz que o pesquisador:

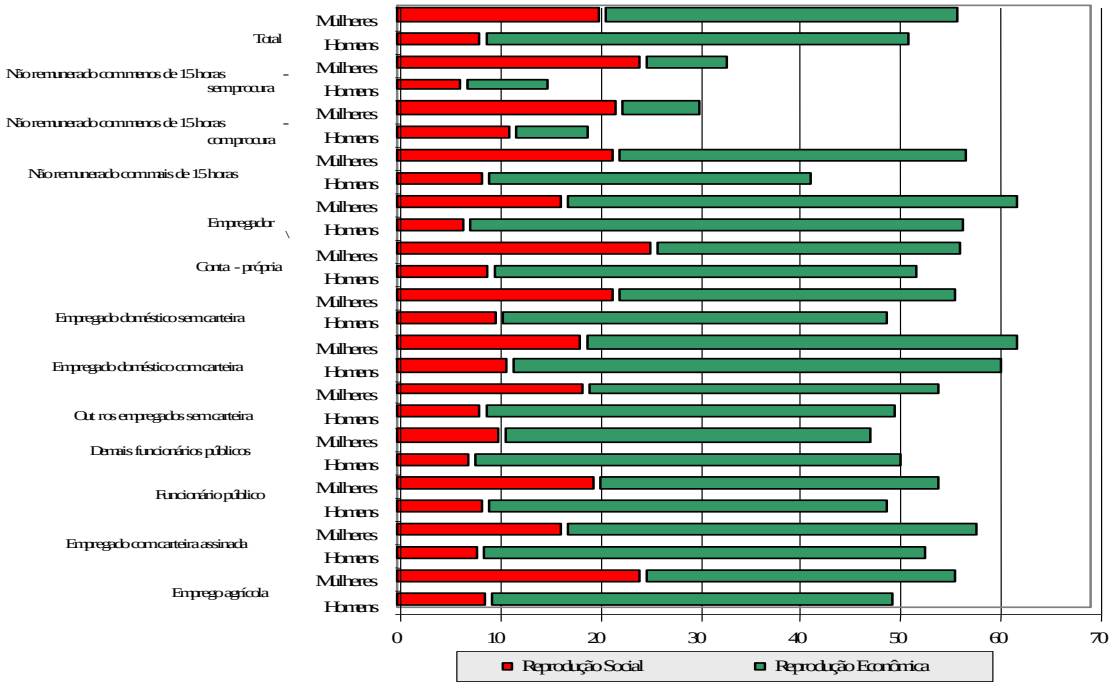
---

[5] Segundo a PNAD, afazeres domésticos se referem à realização no ambiente doméstico de tarefas de arrumar ou limpar toda ou parte da moradia, cozinhar e preparar os alimentos, passar roupa, lavar roupa utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para a execução de tais tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadoras domésticas na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar quintal ou terreno que circunda a residência.

> mostra que os homens se envolvem, preferencialmente, em atividades interativas, como cuidar dos filhos, nas que envolvem interseção entre os espaços público e privado, como fazer as compras da casa ou levar os filhos ao médico, nas atividades intelectuais – como ajudar os filhos nos deveres escolares – em oposição às manuais ou rotineiras – como lavar roupa ou limpar a casa – ou ainda em tarefas domésticas valorizadas – como realizar uma culinária mais sofisticada (Bruschini, 2007, p. 7-8).

Segundo Deddeca (2007), a jornada semanal total dos ocupados e que desempenhavam afazeres domésticos na realidade brasileira era de 57 horas para as mulheres e de 52 horas para os homens no ano de 2005, sendo que, no caso dos homens, 43 horas eram destinadas para a reprodução econômica (esfera produtiva) e 9 horas para a reprodução social (esfera reprodutiva); enquanto que para as mulheres, foram descritas jornadas de, respectivamente, 21 horas e 36 horas, como pode-se perceber no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Jornada Semanal Total segundo Sexo, Posição na Ocupação e Tipo de Trabalho - Brasil, 2005



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD - IBGE, 2005. Microdados. Elaboração própria.

Gráfico 1. Jornada semanal total segundo sexo, posição na ocupação e tipo de trabalho

Analisando as informações sintetizadas no Gráfico 1, pode-se perceber que a jornada total de trabalho das mulheres, inclusive na forma de trabalho não remunerado com menos de 15 horas, tende a se situar entre 55 e 62 horas semanais.

No Gráfico 2, retirado de Deddeca (2007), pode-se visualizar as diferenças de gênero quanto ao tempo despendido no trabalho remunerado destinado à reprodução econômica e no trabalho não-remunerado destinado à reprodução social em várias realidades ao redor do mundo no período de 2001 a 2003.

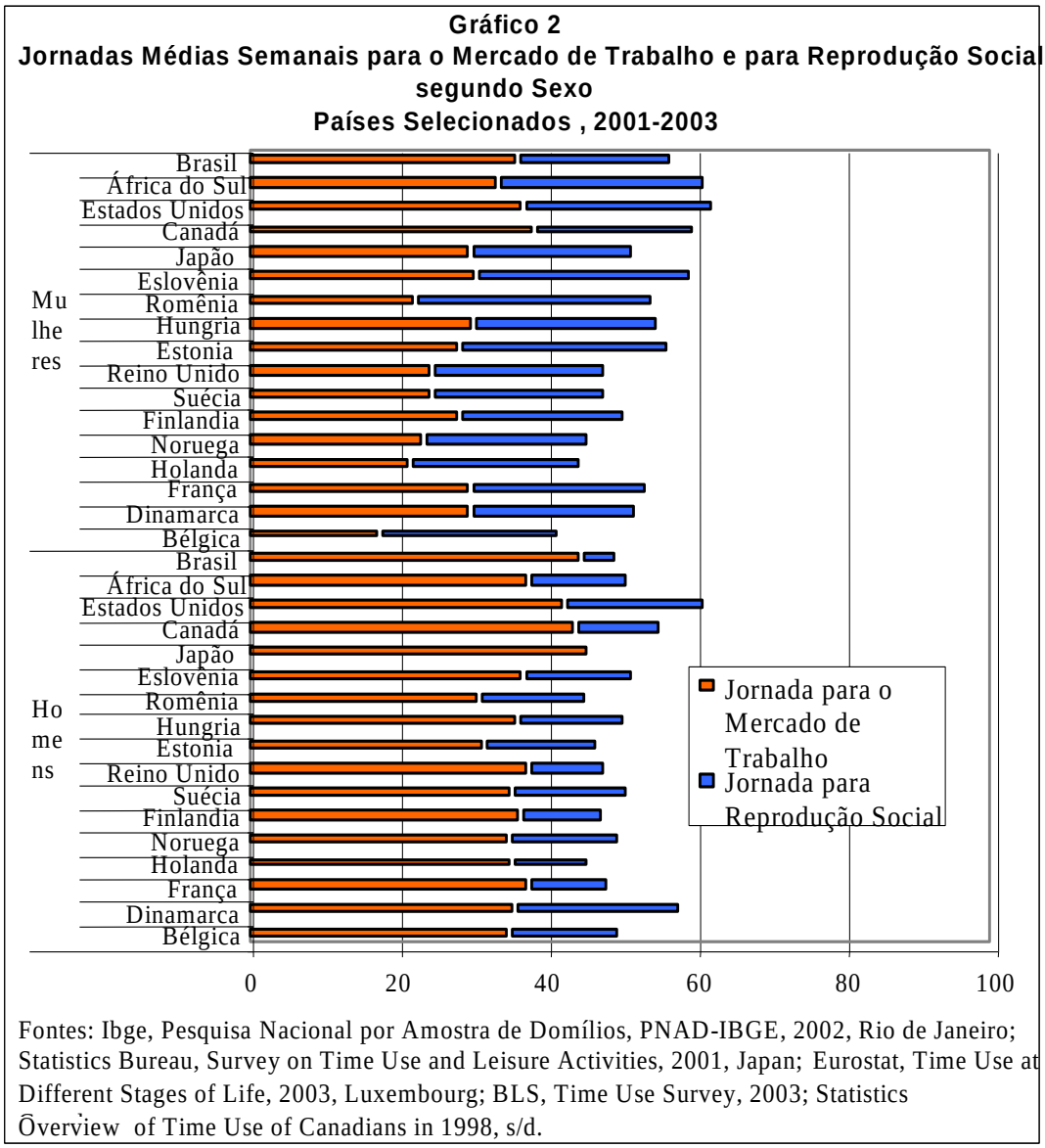


Gráfico 2. Jornadas médias semanais para o mercado de trabalho e para a reprodução social segundo sexo

Portanto, manutenção da divisão sexual do trabalho, principalmente na esfera reprodutiva, ainda está em voga, no entanto, isto não tem impedido a inserção das mulheres no mercado profissional de trabalho. A partir deste quadro, é necessária a elucidação dos fatores que possibilitaram tais transformações de um lado e a manutenção de valores sexistas e de gênero que embasam e reproduzem a divisão sexual do trabalho, de outro.

Além dos fatores demográficos, sociais e culturais citados, há outro que está relacionado à possibilidade de liberação, mesmo que não total, do tempo dedicado aos afazeres domésticos por parte das mulheres profissionais que passam a dedicar ao tempo de trabalho na esfera produtiva ou econômica.

No caso do Brasil, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o trabalho doméstico assalariado, até o ano de 2005, representa 17% da força de trabalho. Isto quer dizer que apesar do trabalho doméstico assalariado ser um nicho ocupacional feminino por excelência, este acontece na medida em que muitas mulheres partem para o trabalho profissional fora do lar, isto é, a mulher que possui uma atividade de trabalho produtiva fora da esfera doméstica passa os afazeres domésticos para outra mulher executar, sendo esta última desqualificada no que tange à formação formal profissional e pertencente a uma classe de nível sócio-econômico mais baixo do que a de sua patroa.

O trabalho doméstico é cercado pela pouca valorização e reconhecimento em relação às atividades básicas incluídas no processo do trabalho doméstico como lavar, passar e cozinhar. Os cuidados da casa e dos membros da família sempre foram relacionados ao trabalho exclusivo da mulher, isto quer dizer que as habilidades de trabalho nas casas de família são vistas como habilidades naturais ou inerentes à figura feminina, deixando implícita a idéia de desqualificação e isenção de qualquer esforço no aprimoramento do trabalho doméstico (Nobre, 2004).

Corroborando estas premissas, De Vault (1994) afirma que o trabalho doméstico é sempre visto como trivial e, simplesmente, é passado despercebido pelo discurso público, construindo uma invisibilidade psicossocial dessa forma de trabalho, tanto para a sociedade, quanto para os próprios sujeitos aos quais se atribui essa identidade que se torna estigmatizada

e com pouco valor social agregado e, também, nesse sentido, com pouco reconhecimento social.

A pesquisadora conduziu entrevistas com mulheres norte-americanas donas de casa acerca das atividades realizadas por elas e o estudo revelou que há esforço e habilidades invisíveis por detrás de atividades como cuidar de casa, cozinhar e servir refeições, que não têm o devido reconhecimento social, trazendo em seu bojo heranças históricas de desvalorização psicossocial do escravo (questão de raça) e da mulher (questão de gênero).

Igualmente, Barros (1985), Hondagneu-Sotelo (2001) e Magalhães (2005) descrevem que as atribuições exclusivamente femininas associadas aos papéis de mãe e esposa presentes no trabalho doméstico, refletem na dificuldade de reconhecimento como um trabalho real e legitimado socialmente como tal e na idéia de que o trabalho doméstico não pertence à lógica produtiva e profissional embutida nos outros tipos de trabalho.

Martins (2005), ao tratar sobre a normatividade que orienta o trabalho do homem e o trabalho da mulher e fatores que contribuem para a demarcação instituída pela divisão sexual do trabalho, afirma que “na maioria dos casos, aquilo que a mulher faz ou deveria fazer não recebe o nome de trabalho ” (Martins, 2005, p. 31).

Portanto, a desvalorização do trabalho doméstico está atrelada à uma construção do espaço social que a mulher ocupa, reforçada pela divisão sexual do trabalho. Além disso, a referência predominante que circula na sociedade em geral do que pode ser considerado e reconhecido como trabalho socialmente legitimado se restringe à um modelo de atividade de trabalho que se calca sobre a lógica produtiva e assalariada. No entanto, sob o ótica dos teóricos do trabalho, esse pode ser considerado como uma categoria de análise que vai além de uma única referência do que pode ser considerado trabalho.

2.3.2 A relação de trabalho: servilidade ou jogos de forças

Reivindicando uma outra leitura que se distingue da concepção única da servilidade e submissão como aspectos que sempre acompanham o trabalho doméstico assalariado, Brites (2003) propõe a reflexão distinta desta ótica unicamente baseada na descrição servil aliada aos pressupostos paternalistas nesta determinada relação de trabalho.

Na pesquisa de Brites (2003), a pesquisadora parte do conceito de bilingüismo de Bakhtin, uma vez que ela considerou, em um momento da pesquisa, um bom caminho para descrever o comportamento, as atividades e as elaborações das trabalhadoras domésticas na sociedade atual brasileira.

Bakhtin (1987) estudou a interação entre a nobreza e os plebeus na Idade Média e no Renascimento. Este autor propõe que a nobreza, naquela época, era bilíngüe, ou seja, os nobres transitavam tanto na cultural tradicional, quanto na popular e, desta maneira, havia a possibilidade de trocas e comunicabilidade entre os estratos da sociedade.

Brites (2003) afirma que, diferente do que Bakhtin (1987) constatou, que é a trabalhadora doméstica quem transita pelos os dois mundos seja da plebe, seja da nobreza. A pesquisadora segue afirmando que desta forma, há a possibilidade da trabalhadora doméstica decifrar diferentes códigos de relações de trabalho, de organização familiar e de concepções de organização e limpeza.

O bilingüismo para Brites (2003), se tornou inadequado, pois a habilidade da trabalhadora doméstica em lidar com algumas regras no espaço doméstico das classes

dominantes não faz dela uma pessoa bilíngüe em outros contextos e, além disso, o conceito do bilingüismo não leva em conta a profunda desigualdade que rege as relações sociais de classe.

Esta pesquisadora descreve que nesta transitoriedade entre dois mundos que a trabalhadora doméstica vivencia em seu cotidiano, há tentativas de aproximações do estilo de vida dos patrões. Uma leitura possível, seria a de considerar estas aproximações de padrões como imitações de códigos culturais dos patrões, ou seja, um processo de reprodução da cultura dominante.

No entanto, Brites (2003) ao comparar práticas cotidianas[6] de organização do espaço doméstico tanto na casa dos patrões como na casa das trabalhadoras domésticas, conclui que as influências dos grupos populares[7] não devem ser subestimadas. A pesquisadora defende a existência de uma margem grande de operação com códigos culturais próprios dos grupos populares. Tais códigos não são construídos de forma exclusivamente autônoma, mas também não totalmente subjugada aos padrões dominantes.

Os estudos de Certeau (1994) vão de encontro com a tese de Brites (2003), uma vez que este pesquisador da cultura questiona as operações dos usuários denominados de consumidores, supostamente entregues à passividade e à obediência.

Aqui é possível estabelecer uma relação análoga entre consumidores e trabalhadoras domésticas, pois ambos são isentos de uma força que é conferida à classe produtora de bens e à classe dos patrões, isto é, consumidores e produtores, domésticas e patrões, estes dois pares assumem lugares antagônicos dentro de um campo de forças que confere poder a uns e a outros não, semelhante ao clássico antagonismo de classe entre proletariado e burguesia descrito por Marx & Engels (1991).

---

[6] Práticas cotidianas citadas neste estudo: circuito de ajuda mútua, relações de gênero e decoração da casa.

[7] Massa urbana, segundo Quadros (2003).

Giard (1994), ao escrever sobre os estudos de Certeau (1994), afirma que o pesquisador recorre ao movimento browniano de micro-resistências que estão na base das micro-liberdades, mobilizando recursos insuspeitos e deslocando as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima.

Continuando com o texto de Giard (1994), a autora descreve que Certeau (1994) parte do pressuposto de um reconhecimento de uma "liberdade gazeteira das práticas", isto é:

> sua não credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, sua atenção à liberdade interior dos não conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda resistência, ainda que mínima, e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência (p.).

Portanto, Certeau (1994) faz o reconhecimento de micro-diferenças, onde outros identificam obediência a uniformização. Estas microdiferenças, reapropriação do consumo em forma de reações dos mais fracos em um jogo onde as forças são desigualmente distribuídas, encontra atuação mesmo na atual imposição do consumo em massa e Certeau (1994) afirma que estas formas peculiares da arte de fazer, que correspondem à mecanismos de resistências, são sempre as mesmas em diferentes contextos.

Scott (1990), na mesma linha de Certeau (1994), tenta combater a noção de hegemonia e localiza as astúcias dentro de um esquema dinâmico entre roteiros públicos e roteiros encobertos. Os primeiro referem-se às formas abertas de interação entre dominados e dominantes e os roteiros encobertos correspondem aos espaços que estão por trás, nos bastidores dos roteiros públicos.

Scott (1990) afirma que os dominados não se utilizam dos enfrentamentos diretos contra os seus dominantes, uma vez que os roteiros públicos pressupõem um claro campo

bem delimitado de forças que não permitem que os mais fracos se utilizem de confrontos abertos. Segundo este autor, "a maneira dos subalternos agirem sabiamente, minimizando os seus prejuízos, é operando nas brechas, usando a astúcia para burlar, antes do que derrubar, o sistema" (Scott, 1990, p.).

Sendo assim, a pesquisa acerca do trabalho doméstico assalariado depara-se de forma nítida, com uma relação assimétrica, dotada de elementos pertencentes, de um lado de uma dinâmica servil, e de outro, de uma atuação de resistência por parte das trabalhadoras domésticas (Brites, 2007).

Thompson (1979), estudioso das relações paternalistas na sociedade inglesa no século XVIII, pode nos ajudar a desenvolver uma descrição da dinâmica presente na relação entre trabalhadoras domésticas e patrões.

Partindo do conceito de Thompson (1979), Brites (2003) afirma que há um jogo embutido nas relações paternalistas, onde de um lado se configura a classe dos patrões, os quais estabelecem preços do serviço doméstico e exigem atitudes servis dos seus subordinados, demarcando, portanto, relações hierárquicas.

Do outro lado, há as trabalhadoras domésticas que, através deste sistema, retiram elementos a seu favor muito mais do que tal sistema lhe oferece. Isto que dizer que elas desfrutam materialmente do trânsito do patrimônio, seja através dos presentes recebidos, seja pelos furtos, utilizando, assim, do mesmo referencial ideológico dos patrões, pois retiram o melhor proveito da situação e em troca lhes devolvem servilidade, prestígio e amizade. Brites (2003) se refere a uma troca social "desprovida de ilusões", onde ambos os lados são obrigados a se moverem em um mesmo campo de forças.

Partindo desta premissa, a hipótese de que há uma tendência à profissionalização pode cair por terra, uma vez que os dois atores desta relação, trabalhadoras e patrões, se unem,

mesmo em uma relação marcadamente desigual, para a preservação do paternalismo, com o fim último de ambos os lados poderem se favorecer desta troca.

Um dado que possivelmente objetiva este paradoxo é que apesar do direito ao registro na Carteira de Trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, realizada pelo IBGE, mostrou que 74% das trabalhadoras domésticas trabalham sem carteira assinada (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004).

Além disso, é possível também colocar em questão a condição de servilidade e submissão, o que não significa refutar a configuração de assimetria de poderes presente na relação entre trabalhadoras domésticas e patrões, mas é necessária uma reflexão acerca da possibilidade de manobras quase invisíveis nesta relação que possibilita às trabalhadoras domésticas resgatarem e manterem a condição de sujeitos que também atuam de uma maneira que possam obter um determinado controle sobre o trabalho e garantirem a dignidade que está além do aspecto servil e submisso[8].

Outra reflexão que se faz necessária a partir da consideração da atuação da astúcia, através das táticas e estratégias descritas por Certeau (1994) e Scott (1990), isto é, dos ganhos conquistados dentro de uma relação de poderes assimétricos. Sendo assim, há a possibilidade de identificar nessas ações que se dão através de formas sub-reptícias e quase invisíveis de resistências, uma forma de ação no sentido político, uma vez que dentro de um campo de forças há a atuação dos mais fracos que buscam manter seu lugar de dignidade e cidadania, mesmo que estas micro-liberdades se dêem pelas vias do roteiro encoberto. À estas ações correspondem, portanto, articulações coletivas contra a opressão e a hegemonia de uma classe dominante.

---

[8] Devemos lembrar que há outras modalidades de trabalho contemporâneo igualmente precarizadas, que poderiam levar a uma constatação do seu caráter servil e submisso, como muitas situações informais, nas quais os trabalhadores são colocados em condições degradantes de trabalho, mas têm que se submeter pois necessitam

Atingir o objetivo destas ações de busca pela dignidade e cidadania corresponde com a possibilidade de ação contra uma modalidade de sofrimento político que se acomoda dentro de um mecanismo psíquico, instalando a não ação ou impedimento como resultante de uma situação de humilhação praticada pelo pólo mais forte sobre o pólo mais fraco.

Esta modalidade de sofrimento político denominada de humilhação social foi descrita por Gonçalves Filho (1998). Segundo o autor:

> A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão (Gonçalves Filho, 1998, p. 17).

A relação entre trabalhadoras domésticas e patroas descrita por algumas pesquisas, vêm mostrando que nessa interação, há a possibilidade de apreender formas de lidar e organizar o próprio trabalho. E, sendo assim, buscar apontamentos na própria forma de trabalhar e no que tange à relação entre trabalhadoras e patroas, poderá dar subsídios para compreender em como a própria percepção e construção do dia a dia atuam sobre as representações sociais do trabalho doméstico. O trabalho doméstico seria trabalho?

2.3.3 “Trabalho” sob o ponto de vista de alguns autores

Analisar a valorização social e reconhecimento do trabalho e admitir sua centralidade na organização da vida humana, a fim de acessar os elementos que compõem a identidade do trabalhador, é se debruçar sobre a reflexão a respeito de percepção e representações de

---

sobreviver. Esse comentário se faz pertinente para não transparecer a falsa idéia de que o trabalho doméstico

trabalho, a função que esta categoria ocupa na sociedade, bem como recorrer à compreensão do processo de trabalho envolvido e como tal processo afeta o sujeito, na sua complexidade psicossociológica.

Arendt (1987) coloca que o trabalho teria três esferas:

> o labor (*labour*), que é a atividade mecânica; o trabalho propriamente dito (*work*), que é a produção de bens duráveis e permanentes na vida mundana; e a ação (*action*), que é a possibilidade da construção da história subjetiva e social pelas trocas e laços que o trabalho em sua totalidade possibilita. O conjunto dessas três atividades configura a possibilidade de uma *vita activa*, ou seja, uma vida dotada de sentido, de possibilidade de transformação e de existência. Não basta ao homem fazer, mas principalmente ser ao fazer (Ribeiro, 2004, p. 65).

Lukács (1982) e Arendt (1987) referem-se a um fundamento ontológico da humanidade para designar o que é trabalho, isto é, o trabalho é uma forma elementar de ação humana. Pelo intermédio da criação, utilização e desenvolvimento de instrumentos, a implicação do trabalho é transformar objetos naturais em objetos humanizados, através de um processo mental, seguido de uma realização exterior.

Gorz (1987), partindo da idéia de que o trabalho nem sempre existiu como categoria central para a sociabilidade humana e que esta categoria emergiu com o surgimento do capitalismo, afirma que o trabalho na sociedade salarial, corresponde a uma atividade que possui o seu fim último, o salário. Portanto, para este autor, o trabalho não opera sobre a liberdade pressuposta na relação dialética de transformação entre homem e natureza proposta por Marx (1867/1980). O trabalho nesta perspectiva é regido pelo seu valor de troca sobrepondo o valor de uso, inerente a uma atividade autodeterminada.

---

seria a única forma atual de trabalho que carregaria em si influências marcantes do trabalho servil.

Méda (2004) corrobora essa linha de raciocínio com a idéia de que o trabalho dotado do sentido salarial é peculiar à sociedade regida pelo funcionamento do capital. Portanto, a autora afirma que a sociedade fundada sobre o trabalho possui a sua gênese a partir da emergência do capitalismo e, mais especificamente, no contexto da Revolução Industrial que no dado tempo histórico apresenta uma sociedade baseada na Economia e na Ciência, constituindo uma racionalidade que não se configurava na Idade Média. No fim da Idade Média, iniciou-se uma reunião de diferentes atividades, segundo Meda (2004), e a definição de trabalho passa a ser orientada sobre uma única categoria, a qual se pauta sobre a necessidade de troca, isto é, uma categoria que passa a corresponder a uma atividade produtiva.

Portanto, é no século XIX que o trabalho assume a configuração de troca, adquirindo a configuração de compra e venda de força de trabalho. Além disso, o trabalho passa a adotar uma conotação moral filosófica, como uma liberdade criadora, através da qual o homem pode transformar o mundo. O trabalho adquire sentido de obra e de coletivo, possibilita uma determinada estruturação temporal e define uma identidade social.

A concepção marxista coloca a categoria "trabalho" como intermediadora e central na relação dialética que o homem estabelece com a natureza: o ser humano, através da ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Assim, o homem põe em movimento as forças naturais do corpo, braços pernas, cabeça e mãos, visando a apropriação dos recursos da natureza, imprimindo a esta última, uma forma útil à vida humana. A natureza, por sua vez, e o produto da sua transformação realizada pelo homem, modifica o homem (Marx, 1867/1980).

Antunes (1995) utiliza a diferenciação baseada em conceitos marxistas entre trabalho abstrato e trabalho concreto. Segundo a descrição do autor, trabalho abstrato corresponde ao

dispêndio de força humana, física ou intelectual, de trabalho, no sentido fisiológico na produção de mercadorias, dando à estas últimas um valor, isto é, valor de mercadoria. O trabalho humano se reduz a uma única forma de trabalho.

E trabalho concreto se refere ao dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, assumindo a qualidade de trabalho útil e concreto, produzindo valores de uso. Aqui instaura-se o intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias.

A perspectiva dejouriana define trabalho como "atividade humana manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho" (Lancman & Sznelwar, 2004, p. 65). O estudo da Psicodinâmica do Trabalho enfatiza que o sentido do trabalho se constrói a partir da relação de prazer e sofrimento que o trabalhador estabelece com a atividade laboral na relação com o real do trabalho[9].

Alguns autores, partindo desta idéia de que o trabalho ainda é um ponto central para a sociabilidade, operando subjetivamente e objetivamente sobre os sujeitos, procuraram estabelecer algumas definições e sentidos do que é trabalho em diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Medicina do Trabalho, a Saúde do Trabalhador e a Psicologia Social, afirmando o caráter multifacetal que o objeto trabalho possui dentro das pesquisas. Sob essas bases teóricas, o trabalho assumiu e ainda assume diversas perspectivas e definições.

A partir de alguns apontamentos do que é o trabalho e o sentido do mesmo, provenientes de teóricos do tema, adicionados ao cenário atual de uma diversificação das formas de trabalho, visualiza-se que a categoria, em questão, não só é multiforme quanto às definições ancoradas em aproximações teóricas da literatura, como também representadas

[9] O real do trabalho seria aquilo que escapa ao conhecimento e apreensão do sujeito e o interpela constantemente requisitando resistência, adaptação ou mudança para dar sentido ao trabalho (Dejours, 1999).

socialmente e dotadas de sentidos subjetivos dentro do saber e da percepção do trabalhador, calcados na experiência e vivência do trabalho que este último possui.

Diante disso, que tipo de trabalho seria o trabalho doméstico? Será que o trabalho doméstico é trabalho no sentido apresentado, ou seja, como ação que gera transformação social e autotransformação num processo dialético (Marx, 1867/1980)? Ou a atividade humana básica para a elaboração do sofrimento do sujeito na dimensão social (Dejours, 1999)? Ou é simplesmente uma atividade geradora de valor-de-troca para garantir a subsistência (Méda, 2004)? Ou trabalho abstrato apenas (Antunes, 1995)?

O trabalho doméstico foi descrito em muitos estudos como uma atividade desvalorizada, além da própria descrição dos resultados de algumas pesquisas que constataram o não reconhecimento do trabalho doméstico dentro da categoria "trabalho" ou trabalho socialmente legitimado e a condição servil implicada no desenvolvimento histórico que atua sobre relação entre trabalhadora doméstica e patrões.

A presente pesquisa vêm se deparando com o questionamento acerca da condição de submissão e servilidade enquanto aspectos determinantes e exclusivos na relação de trabalho, no processo de trabalho e na construção das representações sociais do objeto trabalho doméstico. O trabalho doméstico é trabalho, pois é uma atividade humana geradora de transformação social e autotransformação para os sujeitos e definidora de um lugar e um reconhecimento social, entretanto é uma modalidade de trabalho que parece não ser representada socialmente como trabalho, apesar de carregar em sua prática, as características centrais do trabalho, assim como outras modalidades de trabalho desenvolvidos, por exemplo, na informalidade.

Qual seria a representação social acerca do trabalho doméstico e das trabalhadoras domésticas? Essa é a questão central sobre o qual a presente pesquisa se debruçará, contudo

façamos antes uma breve apresentação da concepção de representação social, tentando delimitar seu campo teórico e metodológico.

2.4. As representações sociais

As representações sociais, para Moscovici (2003), sustentadas pelas influências sociais da comunicação, constituem as realidades das vidas cotidianas, servem como principal meio para estabelecer as associações intersubjetivas, além de possibilitar uma ordem para que as pessoas orientem-se em seu mundo material e social e para se comunicarem entre si, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar os vários aspectos de seu mundo, pois, para o autor, as representações sociais são um sistema de valores, idéias e práticas.

Representações sociais seriam "um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais" Moscovici (1981, p. 181). Jodelet (1989) complementa essa definição dizendo que as representações sociais são "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p. 36).

Spink (1993a, 1993b) afirma que, além da complementação dada pela definição de Jodelet (1989), as representações sociais são como modalidades de conhecimento prático, isto é, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum que possibilita a comunicação.

Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam, permitindo desenvolver um conjunto de saberes organizados coletivamente e transmitidos socialmente, e estabelecendo as regras de uma dada comunidade (Spink, 1993b).

2.4.1 As representações sociais do trabalho doméstico

A presente pesquisa, portanto, recorre ao enfoque téorico-metodológico das representações sociais, uma vez que por meio da teoria elaborada por Moscovici, é possível apreender o conhecimento elaborado no cotidiano a respeito do qual seria a representação social de trabalho elaborada pelo grupo das trabalhadoras domésticas.

A escolha do referencial téorico-metodológico das representações sociais, também se deve ao panorama do desenvolvimento do trabalho doméstico descrito anteriormente e o paradoxo que permeia este tipo de trabalho: a existência de condutas paternalistas herdadas da cultura escravista e a tendência em direção à formalização do contrato de trabalho e profissionalização das trabalhadoras domésticas.

Assim, é possível inferir que o trabalho doméstico encontra-se em um momento de transição, pois identificam-se elementos pertencentes ao passado em consonância com outros

pertencentes ao contexto atual do mundo do trabalho. Segundo Moscovici (2003), contextos de mudanças de valores e transições econômicas, políticas e culturais são um terreno fértil para a captação e compreensão das representações sociais, onde o não familiar, torna-se familiar. Neste caso, a representação social de trabalho em trabalhadoras domésticas vem de encontro com esta perspectiva.

O contexto atual vem demonstrando a tendência à formalização e convivência de elementos que remetem tanto à história do desenvolvimento do trabalho doméstico, como à uma tendência à profissionalização dos serviços domésticos.

No entanto, há aqueles que defendem que o serviço doméstico implica sempre em uma relação de servilidade e submissão, assim como para De Vault (1994) que aponta que o trabalho doméstico torna-se opressivo para as mulheres, uma vez que o caracteriza dentro das relações sociais que contribuem para uma construção da posição de subordinação assumida por elas.

Segundo Mello (1998), o serviço doméstico conta com uma relação de subordinação, entre trabalhadoras e patrões, próxima e cotidiana, apresentando um grau maior de arbitrariedade e de abandono às idiossincrasias pessoais. Para a autora, tal configuração desta relação inerente ao serviço doméstico, torna esta atividade mais próxima da servidão: a trabalhadora doméstica está isolada, suas humilhações não estão compartilhadas, está diretamente submetida à dona do poder por conta de uma relação assimétrica e não formalizada de poder que não deixa clara quais seriam as regras do contrato de trabalho, permitindo abusos e fraudes de ambas as partes, como já foi anteriormente debatido.

Portanto, é também necessário que haja mais do que uma análise de como estas trabalhadoras representam socialmente o trabalho, mas também abrir espaço nesta pesquisa para o debate acerca do caráter servil inerente aos serviços domésticos e qual são os rumos e

implicações desta atividade de trabalho, no que tange ao sentido dado a esta atividade tanto pelas trabalhadoras, como pela sociedade em geral.

Além disso, abre-se a possibilidade de analisar se as representações sociais confirmam esta experiência de servilidade, mesmo havendo este movimento à profissionalização dos serviços domésticos. E há o questionamento se mesmo havendo um momento histórico em que esta categoria de trabalho tenha conquistado alguns direitos trabalhistas e a formalização, se estas mulheres trabalhadoras vivenciam uma experiência além da experiência da subordinação e servilidade no trabalho.

Dessa maneira, é importante ressaltar que a utilização do referencial téorico-metodológico das representações sociais no desenvolvimento desta pesquisa, irá ser acompanhada de uma reflexão acerca do caráter do trabalho doméstico enquanto uma atividade calcada em uma relação assimétrica entre trabalhadoras e patrões, e de nenhuma maneira descolada do seu desenvolvimento histórico e cultural. Isto é, analisar esta profissionalização dos serviços domésticos sem isenção do olhar sob a lente das diferenças de classe existente na relação entre trabalhadoras e patrões.

Portanto, é também necessário que haja mais do que uma análise de como estas trabalhadoras representam socialmente o trabalho doméstico atrelado à condição servil descrita pelo desenvolvimento histórico no Brasil, mas também abrir espaço nesta pesquisa para o debate acerca do caráter servil e das resistências a esta submissão presentes nos serviços domésticos e qual são os rumos e implicações desta atividade, no que tange ao sentido dado pelas trabalhadoras.

JUSTIFICATIVA

O trabalho doméstico permanece na invisibilidade tanto no âmbito social como no âmbito da saúde pública, uma vez que há poucas investigações na área da saúde da trabalhadora doméstica, como afirma Santana et al. (2003). Os autores destacam que, embora as atividades domésticas assalariadas tenham sido abordadas pela sociologia e antropologia, são poucas pesquisas desenvolvidas voltadas para a saúde destes(as) trabalhadores(as).

Para Lautier (2003), o estudo acerca do trabalho doméstico no Brasil, também é restrito dentro da área da sociologia do trabalho. Uma das principais atribuições do autor a esta escassez de estudos sobre trabalho doméstico se refere à dificuldades do objeto trabalho doméstico se situar dentro do contexto da economia formal, pois as relações de trabalho, em sua grande maioria, não respondem a uma marco legal. E, ao mesmo tempo, as trabalhadoras

domésticas não são micro-empresárias, não acumulam com fins produtivos e não criam empregos. Sendo assim, Lautier (2003) explicita que há uma dificuldade do objeto ir de encontro com conceitos elaborados pela sociologia do trabalho.

Dentro da área da Psicologia Social, também é possível verificar poucos estudos voltados para o trabalho doméstico. Assim como há uma invisibilidade deste tipo de trabalho seja pela sua valorização social seja pela sua presença no discurso público, há o pouco impacto nas áreas de investigações científicas.

Apesar do trabalho doméstico ser pouco valorizado, invisível e encontrar dificuldades na conquista da sua inserção na CLT, ele é a ocupação mais comum entre as mulheres e no que tange ao número de trabalhadoras domésticas, o Brasil ocupa o primeiro lugar na América Latina (Lautier, 2003).

Este dado se deve ao fato de que o trabalho doméstico é muito utilizado como opção de fonte de renda de mulheres de classe social baixa (massa urbana), com baixo nível de escolarização e que sua atuação em atividades domésticas assalariadas ainda é considerada imprescindível pela maior parte das famílias de classes média e alta, por permitir a redução da sobrecarga do trabalho de casa e a participação de mulheres-patroas, especialmente as que têm filhos menores, no mercado de trabalho. Os homens representam cerca de 6,84% dos empregados e o restante desta população é constituída pela força de trabalho feminina (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004).

Portanto, investigar o trabalho doméstico, significa apreender o universo de milhões de trabalhadoras brasileiras que ainda se encontram à margem da produção acadêmica e, no caso da Psicologia Social, permitir que haja uma reflexão acerca da representação social do trabalho doméstico e destas trabalhadoras, sob a luz de uma análise psicossocial, verificando dimensões de segregação e marginalização marcadas pela pobreza, raça, etnia e gênero.

OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

- Compreender as representações sociais do trabalho doméstico e das trabalhadoras domésticas.

4.2 Objetivos específicos

- Identificar a atual situação do trabalho doméstico no Brasil, a partir do recorte específico da pesquisa, e visualizar o seu futuro;
- Analisar o paradoxo apresentado pelo trabalho doméstico, ou seja, a consonância presente de elementos pertencentes a um passado escravista e paternalista e a tendência à inserção do serviço doméstico na profissionalização representada pela extensão dos direitos da CLT às trabalhadoras domésticas;
- Analisar se as representações sociais confirmam a condição de servidão do trabalho doméstico descrita por algumas pesquisas e defendida por alguns autores;
- Fazer uma breve reconstrução da história do trabalho doméstico no Brasil localizada dentro do processo de construção sócio-histórica do trabalho e, principalmente, do trabalho realizado pelas mulheres.

MÉTODO

5.1 Participantes

Uma amostra de 5 trabalhadoras domésticas residentes na cidade de Jaboticabal e da cidade de Ribeirão Preto, com as seguintes características descritas na Tabela 1.

Participante[10]	Idade	Escolaridade	Estado civil	Origem rural
Márcia	58	Fundamental Incompleto	casada	Sim
Nena	49	Fundamental Incompleto	casada	Sim
Joana	60	Fundamental Incompleto	separada	Sim
Lúcia	49	Fundamental Incompleto	casada	Não
Paula	29	Ensino Médio Incompleto	solteira	Não

Tabela 1. Dados das participantes da pesquisa

5.2 Instrumentos

Quanto às possibilidades de estratégias para coleta de dados, decidiu-se por uma metodologia baseada em entrevista semi-estruturada, pois, de acordo com Moscovici (1984), a entrevista semi-estruturada em profundidade pode estabelecer um diálogo permanente, visando apreender e identificar as representações, quanto à sua emergência espontânea e possíveis mudanças.

Foi elaborado um roteiro de entrevista, sendo que a primeira parte deste roteiro continha questões que visavam à identificação da participante e da configuração da vida familiar. E a segunda parte do roteiro tinha como objetivo captar, por meio das questões ligadas à atividade de trabalho e da representação social de trabalho das participantes e de sua identidade no trabalho (Anexo 1).

5.3 Procedimentos

[10] Os nomes das participantes foram alterados, visando preservação do anonimato das mesmas.

- Levantamento bibliográfico para reconstrução do processo de construção sócio-histórica do trabalho doméstico e das representações sociais da trabalhadora doméstica;
- Escolha das participantes da pesquisa;
- Realização das entrevistas semi-estruturadas;
- Análise dos dados;
- Redação do relatório final da Dissertação.

5.4 Tratamento dos dados

Os discursos obtidos nas entrevistas serão analisados através do método de associação de idéias, sistematizado por Guareschi (1993). Segundo o autor, esta técnica tem sido favorecida especialmente por se prestar à análise multiflexível, que permite superar um dos problemas mais sérios das análises de conteúdo.

Para análise das entrevistas, se utilizarão as etapas consolidadas pelas pesquisas nessa área e sistematizadas por Guareschi (1993):

1) Registro sistemático e rigoroso das anotações, das observações e das fitas gravadas.
2) Leitura e escuta flutuante do material, destacando-se:
   - os temas emergentes;

– a construção do discurso em suas contradições, lapsos, silêncios, pausas, indícios da dinâmica afetiva.

3) Definição das dimensões da análise através dos temas emergentes em torno dos quais circulam os conteúdos das entrevistas.
4) A partir da delimitação das dimensões, construção dos mapas que transcrevam toda a entrevista, respeitando a ordem em que os conteúdos aparecerem no discurso, ou enquadrando-os dentro de tais dimensões. Estes mapas permitem a visualização da associação de idéias entre as dimensões e também entre as múltiplas idéias e imagens presentes em uma dimensão.
5) Discriminação das unidades de significado na perspectiva psicossocial, tendo como foco o fenômeno pesquisado.
6) Síntese das associações denominadas 'núcleos temáticos', estabelecendo as relações entre elementos cognitivos, comportamentais e investimentos afetivos.
7) Síntese das unidades de significado e das representações sociais.
8) Localização das análises dentro do processo de construção sócio-histórica do trabalho doméstico e da trabalhadora doméstica.

5.5 Recursos Materiais

- Um rádio gravador;

- Fitas K7;

- Um diário de campo.

5.6 Preceitos éticos

Foi explicitada a garantia dos preceitos éticos ao longo de todo o processo de coleta e análise de dados, além da garantia de preservação do anonimato nas futuras divulgações científicas, elaborado conforme a resolução nº 196/96 sobre a pesquisa envolvendo seres humanos do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Tal procedimento ético contou com o pedido de consentimento de participação voluntária, que conteve a descrição da parte metodológica e ética da pesquisa. Foi firmado o compromisso da pesquisadora em realizar uma entrevista devolutiva às participantes e ao sindicato dos resultados e análises obtidos na investigação científica.

Todos as participantes foram esclarecidas sobre os procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 2), ficando com uma via.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP) em 2007.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A construção do relato sobre a própria história de vida, segundo Martins (2005), permite uma visualização de uma organização de diferentes partes de um processo de uma maneira que a percepção da coerência que estas partes estabelecem entre si, possibilite a compreensão do princípio lógico que funda a sua estruturação.

Portanto, a partir de um roteiro de entrevista semi-aberta aplicada na entrevista realizada com as participantes da pesquisa, contemplou uma organização biográfica, solicitando que elas relatassem a trajetória de vida profissional a partir da história de seus pais.

Assegurar o tema "trabalho" como assunto que sempre permearia os relatos das trabalhadoras foi uma das tarefas da pesquisadora durante a conversa. Diluir o tema "trabalho", localizá-lo e significá-lo dentro das biografias foram as contribuições das participantes, ao revelarem à pesquisadora que tal tema sempre está colado em seus outros papéis além do papel de trabalhadora, papéis estes associados à vida em família, à condição de imigrante e à condição de trabalhadora rural, em alguns casos.

Compreender as representações sociais de trabalho das trabalhadoras domésticas foi possível a partir desses relatos que mesmo que tenham apresentado diversos temas entrelaçados uns nos outros, foi possível identificar algumas categorias de análise que compuseram as representações sociais do trabalho doméstico.

Observou-se que um dos núcleos temáticos se pautou na relação entre trabalhadora doméstica e patroas que foi um item central nos relatos sobre o trabalho doméstico, possibilitando assim a identificação de elementos presentes nessa relação que se tornaram eixos de análise para a compreensão da constituição das representações sociais deste tipo de trabalho.

Portanto, em um primeiro momento foram desenvolvidos temas emergentes a partir da relação entre trabalhadoras domésticas e patroas que se referem à relação assimétrica estabelecidas entre si, à possibilidade de resistências políticas no cotidiano e à condição de servidão aliada ao fenômeno da humilhação social.

No segundo momento da análise dos dados, foram identificados os elementos que constituem a representação social do trabalho doméstico, enquanto uma categoria específica de trabalho, abordando, assim, a valorização e o estigma que se atribuiu às atividades embutidas nesse tipo de trabalho, o reconhecimento do mesmo como trabalho socialmente legítimo e, sendo assim, tem como caminho a ser seguido, a formalização das relações empregatícias e a profissionalização.

Esta parte da análise se propôs a discutir a problemática central da pesquisa: por um lado, verificou-se a presença de uma relação entre trabalhadoras domésticas e patroas calcada em condutas paternalistas (Brites, 2003), remetendo-se, então, à herança escravista, em que os escravos eram “gratificados” pelo trabalho, muitas vezes, com restos de comidas e roupas velhas. E, por outro lado, foi possível inferir uma tendência em direção à formalização dos serviços domésticos, orientada para o estabelecimento de vínculos e relações empregatícias sem relação de parentesco fictícia, descartando o paternalismo.

E, por último, foi colocado em evidência o sentido que o trabalho possui para estas mulheres e uma breve discussão sobre a possibilidade de emancipação feminina, através do trabalho doméstico.

A partir da análise de cada uma dessas etapas da discussão, foi possível obter um panorama dos elementos que compõem a representação social do trabalho doméstico, utilizando os autores citados ao longo da parte teórica da pesquisa como forma de compreensão dessas representações.

6.1. A relação com as patroas: elemento central para a compreensão das representações sociais do trabalho doméstico

Um eixo temático central na representação social do trabalho doméstico, objetiva-se na relação das trabalhadoras com as patroas.

Quando questionadas sobre o trabalho doméstico, as trabalhadoras não hesitaram em calcar suas respostas na relação delas com os patrões e, mais especificamente, com as patroas, já que essa relação de trabalho é peculiar ao universo feminino, uma vez que o trabalho doméstico está contido na esfera reprodutiva a qual foi socialmente designada às mulheres.

Além disso, ao discorrerem sobre o trabalho doméstico, as participantes relataram sobre as experiências de trabalho que, de forma unânime, tinham como foco a relação com os patroas.

Os conflitos e as aproximações entre trabalhadoras domésticas e as patroas são um terreno fértil para a consolidação de suas representações acerca do trabalho doméstico assalariado. A oscilação entre tensão e relacionamento amigável se desenvolve dentro de uma relação assimétrica entre trabalhadora e patroa vivenciada cotidianamente no âmbito doméstico.

Os critérios utilizados para classificar um bom ou mau tratamento dos patrões às trabalhadoras domésticas estão impregnados das características peculiares que foram sendo elaboradas e sedimentadas ao longo de um desenvolvimento histórico e político do trabalho doméstico no Brasil.

Tais critérios ora reforçam uma relação servil e paternalista descrita por Brites (2003), em alguns momentos, configurando uma categoria de trabalho que não é orientada pela lógica produtivista e profissional, no sentido do reconhecimento como trabalho socialmente legítimo de direitos trabalhistas, ora reivindicam o tratamento e os direitos do trabalho doméstico como qualquer outro tipo de trabalho.

A aceitação das doações de roupas velhas, alimentos ou mesmo móveis, tem o sentido de reforçar e demarcar as diferenças de classe existentes nessa relação, ao mesmo tempo em que se presta à amenização da tensão de classe vivenciada cotidianamente.

Um trecho do relato de Nena ilustra a prática paternalista que usualmente é adotada dentro do universo do trabalho doméstico assalariado:

> Então na sexta feira de tarde, ela já me dava ou o frango ou um quilo de carne, todo fim de semana, todo fim de semana... desde o primeiro mês que eu entrei... primeiro dia entrei, entrei na segunda quando foi no sábado ela já me deu frango e depois no outro sábado ela falou assim prá mim: "você quer frango ou você quer um quilo de carne ou um quilo de bife?" Falei: "não, o que a senhora me dar", ela falou "não, você tem que ver, porque às vezes vou te dar um frango, você preferia carne, às vezes te dou a carne, você prefere o frango", "ah, se a senhora me der o frango... prá mim, por causa das crianças, as crianças gostam mais de frango", ela falou "então, eu te dou", ela falou "então faz assim, todo sábado, um sábado eu te dou o frango e no outro eu te dou um quilo de carne, de panela, tá bom?", "Tá ótimo", "então, vamos fazer assim", num sábado ela dava frango, num sábado ela dava carne".

Os momentos de refeição das famílias dos patrões acabam por ser um palco que apresenta o desenrolar de uma trama tensa entre pessoas de classes sociais distintas.

Ao ser indagada o que seria um bom patrão Joana responde:

> Ah, o patrão bom, você vai na casa do patrão você faz o que tem que fazer na hora do almoço, você almoça e come a vontade, que nem eu ia lá na mesa. Agora esses patrão 'coiso', que nem eu trabalhei eu fiz uma faxina numa casa perto lá do esporte, é ela que tirava a comida (...). Ela que fazia o prato, era uma colher de arroz, uma colher de feijão e só uma saladinha, nem carne nem nada. Eles comiam carne, você não.

Assim como Joana, em um momento do relato de Lúcia, ela expressa o que seriam patrões ruins:

> Eu acho o serviço doméstico, o serviço não é fácil, tem pessoas boas, mas tem pessoas... ou ruim, né? Não te trata bem, não te dá a comida, não deixa abrir geladeira, você não pode, vamos supor que você tá com vontade de tomar um sorvete, você não pode pegar na geladeira prá tomar sorvete, pegar as coisas, que nem essa aí que eu trabalhei mesmo, ela fazia sorvete, mas ela não me dava sorvete, ela comia o dia que eu não ia... quando eu ia trabalhar, ela fazia arroz, feijão e fazia ovo, ela não fazia carne... era arroz, feijão, ovo e verdura... Pensa que ela fazia um suco prá você tomar? Não, não fazia suco, na hora de ir embora, pensa que ela te dava o café, pão prá você tomar na hora de você ir embora? Era só o almoço, o café, eu tinha que tomar na minha casa, que ela não me dava...

E para a mesma participante, o bom tratamento dos patrões dado à trabalhadora doméstica está descrito nessa parte do relato:

> Ah, nas outras famílias era bom, porque eu sentava junto com os patrões prá almoçar, depois dava horário de lanchar, eles falava, "ó, tá na hora do lanche, vem comer". Aí eu comia lanche, que nem nessa casa mesmo do Silva, a mulher me deixava tomar banho na casa deles, eu levava bucha, sabonete, levava roupa, eu tomava banho e ia prá casa já tomada banho.

Há, também, uma mimetização de relações de parentescos, típica da prática paternalista e oriunda da história do escravagismo no Brasil. Márcia ilustra em seu relato a existência da reprodução desse tipo de relação entre trabalhadora doméstica e patroa ao ser solicitada a descrever como foi a experiência de trabalho em uma determinada casa de família:

> Ah, eu prá mim, porque eu sou uma pessoa assim que eu... sou assim sem cobrar muito do patrão, né? Então ela era muito boa prá mim, assim uma muié muito educada, então prá mim... ela falava assim que tinha eu como da família, então...

A história da prática paternalista herdada do escravagismo, o compartilhamento do ambiente doméstico, as tarefas designadas a este tipo de trabalho e a convivência nesse universo privado no seio familiar[11], contribuem para situar a trabalhadora doméstica como um membro da família, assim como acontecia aos escravos que trabalhavam dentro da casa dos senhores. Como consta na descrição de Santos et al. (2003), ao mesmo tempo em que os escravos doméstico possuíam o tratamento diferenciado reservado aos escravos da senzala,

[11] Kofes (2001) chama atenção que o ambiente de trabalho da trabalhadora doméstica é a moradia de uma família, configurando o que esta pesquisadora define de "doméstico": "Várias diferenças intercruzam-se no doméstico: diferenças de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado" (Kofes, 2001, p.).

não houve qualquer supressão da linha nada tênue que separava os senhores dos seus escravos.

Essas práticas que atuam para amenizar as diferenças de classe entre trabalhadoras domésticas e patroas também atuam em prol à atenuação das conseqüências das possíveis infrações das leis trabalhistas previstas quem protegem essa categoria de trabalho, ou mesmo de direitos básicos que deveriam ser garantidos a todos trabalhadores.

A mesma participante Márcia que afirmou em seu relato que sempre teve patrões bons, pois eles a tratavam como membro da família, teve que recorrer aos meios jurídicos, isto é, contratou um advogado para exigir que o acordo realizado entre a trabalhadora e a patroa referente ao pagamento da previdência social fosse cumprido por esta última, já que o que foi acordado foi transgredido pela própria patroa.

No caso de Paula, a trabalhadora ficou sem receber o salário, pois os patrões alegaram não ter dinheiro para pagar, segundo a participante a justificativa da falta de recursos financeiros para pagá-la seria uma justificativa para o desrespeito dos direitos que a trabalhadora doméstica possui:

> É prá tá poupando os meus direitos... assim, eu acho assim, que eu trabalhei lá seis anos, eu tenho direitos, né? Como ao todo, né? Então eu acho assim que sendo direito, né?

Sendo assim, há elementos na relação entre trabalhadoras domésticas e patroas que se prestam à amenização das diferenças de classe que são bem delimitadas, mas que no cotidiano de trabalho atuam sobre a tensão constante entre os dois pólos da relação assimétrica em questão convivendo com o acesso aos direitos trabalhistas e uma abertura maior à formalização da relação de trabalho.

O trabalho doméstico, como foi já foi descrito, é um tipo de atividade atribuído à função da mulher, portanto, no ambiente de trabalho da trabalhadora doméstica, ela, ao

reproduzir essa representação do papel da mulher cotidianamente na casa de outra mulher, pode assumir uma posição ameaçadora à última, a patroa, aquela que abdicou, em certa medida, de exercer a sua função de mulher dentro de sua própria casa. O que embasa a ameaça e tensão instalada é a possibilidade de identificações comum entre duas mulheres situadas em pólos desiguais, possibilitada, pelo compartilhamento da representação de que o trabalho doméstico é inerente ao gênero feminino.

A partir destas possibilidades de aproximações identitárias e representacionais e, ao mesmo tempo, a demarcação de um distanciamento orientado por posições desiguais na relação entre trabalhadoras domésticas e patroas, Kofes (2001) descreve esta interação dotada de "constante jogo de espelhos entre mulheres". A fala de Paula ilustra essa relação:

> (...) ela (a patroa) fala prá mim "ah, Paula, eu esfregava buchinha", minha patroa: "eu esfregava buchinha, com a buchinha no chão". Eu penso comigo, uma pessoa que esfregou o chão, trabalhou como empregada doméstica não é prá ter essa visão, que ela sabe como é que empregada doméstica, tem horário prá tudo, não é porque ela foi pobre não era prá ela tá pisando na gente, do jeito que ela tá pisando.

6.1.2 A condição de servidão e a humilhação social

As participantes apontaram que o trabalho doméstico implica em condições de servidão e de humilhações, pois assim como afirmou Mello (1998), uma relação de subordinação entre trabalhadoras e patrões, próxima e cotidiana, apresenta um grau maior de arbitrariedade e de abandono às idiossincrasias pessoais.

As formas de humilhação e servidão relatadas pelas participantes ligadas ao trabalho doméstico se dão pelos excessos de mandos, pela impossibilidade da patroa estar satisfeita com o trabalho realizado pelas trabalhadoras domésticas e pela vigilância em demasia.

Nena já trabalhou na colheita da cebola e afirma que o trabalho rural é melhor do que o trabalho doméstico, pois segundo ela:

> Então eu acho que roça é (melhor), é menos humilhação (comparado ao trabalho doméstico). Ah, eu acho porque se você faz serviço certinho, ninguém pega no seu pé.

E Nena concluiu sua explicação acerca da humilhação afirmando:

> (...) humilhação assim, quando você vai trabalhar de empregada, por muito que você faça, a patroa acha que não tá bem feito.

Lúcia também teve outras experiências de trabalho como, por exemplo, o trabalho em uma empresa na função de embaladora de produtos. A trabalhadora também situa o trabalho doméstico hierarquicamente abaixo do trabalho na firma, pois para ela:

> Olha, eu achei, eu percebi diferença sim. Porque de doméstica, eu não achei bom, porque a pessoa que eu trabalhei, ela ficava em casa, ficava em casa, então cada passo que ce dá, a pessoa tá atrás de você, parece que tá te sondando não sei, eu não adaptava com esse emprego.

A razão para a constante vigília, Lúcia acredita que há uma desconfiança por parte dos patrões no que se refere aos possíveis furtos dos bens da família onde a trabalhadora doméstica atua e, sendo assim, ela chega a afirmar que os patrões utilizam estratégias que objetivam testar a honestidade da trabalhadora:

> Era nessa especificamente, eles ficavam assim, não sei se eles ficavam com medo se eu ia mexer em alguma coisa, não podia abrir geladeira, punha moeda lá e largava lá esparramado, quer dizer tá testando prá ver se você mexe, né?

A forma de tratamento dado às trabalhadoras também contribuem para reforçar uma situação de servidão e humilhação. Paula em vários momentos do seu relato falou sobre como se sente humilhada no trabalho:

> Só que assim faz diferença trabalhar com empregada doméstica, né? Cê passa muita humilhação... patroa parece que você... cê chega do portão prá dentro, as coisa assim... patroa trata a gente como lixo, prá falar a verdade. Você chega lá tem que fazer e pronto, eles não têm educação com a gente.

A trabalhadora afirma que possui receio que os patrões “pisem” nela. O tratamento nomeado de “pisar” seria:

> Pisar assim, sabe, as coisas estão muito... sabe aquelas pessoas que... que... pede um favor e não falam assim “por favor, faz isso”, eles já falam gritando, os filhos já não têm educação.

6.1.3. Os conflitos entre os dois pólos da relação assimétrica

As situações de conflitos e humilhações acarretam em enfrentamentos que variam desde confrontos que se dão no dia a dia da rotina de trabalho até a disputa no âmbito jurídico.

Todas as participantes relataram episódios de conflitos e como estes se desenvolvem. Para ilustrar a forma como se dão esses enfrentamentos, será utilizado o relato de Nena.

Em uma das experiências de trabalho relatada por Nena, este constante de jogo de espelhos fica evidente em um conflito com uma patroa em uma casa em que Nena estava trabalhando há oito anos. O início do conflito é descrito pelo fato da patroa de Nena ter reclamado sobre uma roupa que não estava com odor agradável:

> (...) só teve um tempinho que ela começou a dar uma implicada, depois de oito anos, eu não sei se ela já queria mandar eu embora e não achava jeito, eu não sei, que ela começou achar defeito nas roupa dela... que não tava sendo bem lavada que tava com cheiro, aí eu peguei e falei pra ela, prá patroa “já que tá com cheiro você pega e lava a tua roupa”, que eu lavei três dias encarriada as roupa dela, três dia a mesma roupa, lavei e passei a mesma roupa, três dias, chegava de manhã as roupa tava lá pra lavar, aí foi dois dias, quando no terceiro dia, catei a roupa, dobrei e pus em cima da tábua de passar roupa, liguei prá ela, perguntei porque que a roupa tava lá, falei “porque eu lavei anteontem, passei e pus lá, guardei, ontem tava aqui as mesma roupas prá mim lavar outra vez, tornei a lavar, tornei passar, pus lá, agora hoje tá outra vez ela falou, ela falou “ah, não sei a roupa tá com um cheiro, ela tá esquisita, será que você enxaguou direito?” Aí falei prá ela “depois de oito ano, agora eu deixei de saber de lavar roupa? Sempre sube lavar roupa, oito ano, lavando, passando”, que a roupa dela eu lavava separado, eu falei “oito ano lavando roupa e

> passando, nunca deu pobrema, agora depois de oito ano será que eu desaprendi?" Eu falei "não, então a tua roupa não lavo mais", ela falou "não também não é prá você ficar ofendida", eu falei "não é prá ficar ofendida, mas você tá largando roupa três dia aqui?" Eu falei "não, a tua roupa, eu não lavo mais, eu lavo a roupa do teu marido, das criança, roupa de cama, banho, mas as tua usada, eu não lavo", não lavei mesmo. Ela chegou de tarde "ah, pelo amor de Deus, se eu soubesse que eu ia te ofender", eu falei "não, lógico que você ofendeu", falei "depois de oito ano, porque se fosse no começo, tudo bem, né? Mas depois de oito ano, aí já é humilhação", eu acho que é humilhação, então peguei e falei "então a tua roupa não lavo mais, prá não ter poblema, não lavo mais", aí ela lavava, aí ela tinha que se lascar de tarde, que ela tinha que chegar de um serviço, depois a noite tinha escola outra vez, então ela tinha que dar jeito de ponha a roupa dela no varal... aí um dia ela pediu, eu falei "não, a tua roupa, eu não ponho a mão mais", ela falou "nossa, você também é desaforente, hein?" Eu falei "não, vou lavar hoje, prá amanhã depois você deixar aí prá eu lavar", eu falei " se você fizer isso mais uma vez, eu largo você na mão"... aí eu tinha dó, porque ela tem um filho que é deficiente, né? E ele era muito apegado comigo, então, eu não quero largar você não mão, por causa do Jonas[12], não por causa do menino, por cause de você não ...aí ela pegou e falou "não, então tá tudo bem".

Nesta descrição do relato de Nena é um bom exemplo para ilustrar como o trabalho doméstico e, mais especificamente, a relação entre patroas e empregadas, apesar da representação da humilhação configurada entre pólos que se relacionam em um campo de forças desiguais, o jogo de espelhos possibilita em alguns momentos no desenrolar desta relação doméstica, a atuação de uma mescla de papéis e o pólo forte e o pólo fraco não mais são nitidamente atribuídos à patroa e à trabalhadora doméstica, respectivamente.

Certeau (1994) discorrerá sobre a hegemonia do poder daqueles que estão em uma situação de domínio sobre os dominados. Este autor, estudioso da cultura popular, refuta o pressuposto de que a dominação é totalitária e hegemônica ao ponto dos dominados não encontrarem espaços possíveis que lhes permitem se colocarem como resistência ao poder totalitário. Uma das contribuições de Certeau (1994) para a questão da dominação foi ter proposto um olhar mais atento e uma lente de aumento sobre um campo de forças que, a princípio, segue as regras do jogo elaboradas pelos dominadores e impostas aos dominados.

Analisar uma possível tática de Nena utilizada na descrição do conflito com a patroa, requer afirmar que o jogo de espelhos contou com a reação da trabalhadora doméstica diante

[12] Filho da patroa de Nena.

de uma situação humilhante não apenas para ser sanado o insulto, o que aqui já estaria no nível da estratégia, pois ao demonstrar o insulto os pólos de força entre patroa e trabalhadora doméstica continuam a ser preservados. Além disso, deixar de expressar o insulto, já é uma ação que livra Nena do sofrimento oriundo do sentimento da angústia de impedimento, relatado por Gonçalves Filho (1998) e denominado por este de humilhação social.

Mas, Nena também lançou mão à uma tática no sentido de Certeau (1994), pois ao entrar em conflito com a sua patroa, Nena não apenas obteve o pedido de desculpas, mas pôde subverter, mesmo que por pouco tempo, os pólos de forças, se livrando de uma parte do trabalho, o de lavar roupa e passando à patroa, esta atribuição.

A relação com a patroa pressupõe, em alguns momentos, trocas equivalentes entre posições iguais. No relato acerca de um problema que teve com sua última patroa, Nena supõe que confiança transita em uma mesma via de reciprocidade. A confiança é instalada a partir do momento em que a patroa confidencia assuntos íntimos e compartilha angústias e preocupações com a trabalhadora doméstica:

> É, então, às vezes tinha dia que eu, o dia em que eu chegava lá e ela falava "ah, Dona Nena, senta aqui", eu falava "ah, hoje eu não limpo casa", ela falava "a senhora deixa a casa aí, depois a senhora só passa um paninho no banheiro", então eu devia lavar assento do vaso, joga uma aguinha no banheiro, depois do almoço, como eu já ia escutar ela reclamar, que ela não tinha filho, que primeiro casamento não deu certo, aí ela ia reclamar da vida dela... então eu ficava escutando... e pegava e dizia "ah, dona, não adianta recramando, recramando, toca a vida prá frente, vai prá terceira idade, né? Vai que a senhora conhece a muierada, vai dançar, vai", mas ela não saía, então ela, fica difícil, né?

Ou como em outro momento, ao relatar que, com essa mesma patroa, teve problemas, pois a mesma deixou de acertar as contas com Nena quando esta foi demitida do emprego. Neste caso, a participante relatou que quando foi demitida por sua patroa, com o auxílio de um contador, calculou o valor que deveria ser acertado com Nena por conta da demissão. Após estipulado o valor, a patroa solicitou à Nena que assinasse um recibo que comprovava que o total do montante do dinheiro lhe tinha sido pago. Nena, justificando pela confiança que

tinha na patroa, assinou. A patroa, no entanto, alegando dificuldades financeiras, não pagou o total do pagamento que devia a Nena, recusando a efetivar a quitação da dívida com a participante, pois esta assinou o papel que comprovava a realização do pagamento. Este trecho do relato ilustra a suposta confiança mútua instalada na relação entre Nena e a patroa:

> (...) eu falei "mas não vai dar pobrema?" Ela falou "não a senhora pode ficar descansada que eu não vou nada de cachorrada com senhora, não", confiei, né? Porque ela com dois meses confiou em mim dar o cartão do banco dela, senha, número, mandava eu ir no banco tirar dinheiro, pagar conta, tirar dinheiro de uma conta e passar prá outra, três meses que eu tava lá eu tava fazendo isso prá ela. Então eu falei "bom, já que ela confiou ni mim, posso confiar nela também, né?"

Kofes (2001) afirma que nesta relação entre trabalhadora doméstica e patroa, a possibilidade de identidade entre as duas mulheres pode acarretar na ameaça entre um dos dois pólos desta interação. Esta convergência de identificação calcada na categoria "mulher", segundo a autora, teria como referência a constituição da "mulher" quanto à posição que esta estabelece em relação aos filhos e maridos. Para Kofes (2001), há o movimento de evitação da consumação de fato desta identificação, pois identidade nas palavras desta autora, se refere ao "compartilhar afeto, posições e status" (Kofes, 2001).

6.2. A (des)valorização e o estigma do trabalho doméstico: trabalho doméstico é trabalho?

A desvalorização do trabalho doméstico descrita por alguns pesquisadores é atribuída a uma hierarquização do que seria um trabalho socialmente reconhecido, principalmente no que tange às atividades embutidas no trabalho doméstico que são consideradas como habilidades naturalmente inerentes às mulheres (Barros, 1985, Hondagneu-Sotelo, 2001,

Magalhães, 2005, Nobre, 2004), isto é, como se não houvesse um esforço ou aprimoramento desse tipo de trabalho.

A partir dessa desvalorização, o trabalho doméstico vem encontrando dificuldades para ser reconhecido não apenas como um trabalho socialmente legítimo, mas também como profissão. Este reconhecimento seja no âmbito jurídico (registro em carteira de trabalho e acesso a todos os direitos previstos pela Consolidação das Leis de Trabalho), seja no âmbito da valorização social, é a bandeira de luta dos sindicatos.

Todas as participantes da pesquisa passaram a ser responsáveis pelos afazeres domésticos desde a tenra idade, assumindo em alguns casos, os cuidados integrais da casa e dos membros da família, pois as mães trabalhavam fora de casa ou mesmo haviam falecidas. Em famílias onde não há possibilidade da contratação de uma trabalhadora doméstica por uma determinação sócio-econômica, quando a mulher não pode assumir os cuidados da casa, estes passam a ser responsabilidade das filhas.

Sendo assim, há a manutenção de valores sexistas e por estes se pautarem sobre pressupostos machistas, há também uma desvalorização de qualquer tipo de atividade que se desenvolva na esfera reprodutiva.

Paula, em um momento do seu relato, fala sobre essa desvalorização das atividades envolvidas no trabalho doméstico ao discorrer sobre a forma de como os patrões a tratavam:

> (...) só que assim que queria arrumar uma casa assim que tivesse pessoas boas, mas hoje em dia não tem. Pessoa, um pessoal mais educado, né? Por mais que... não é que tá ali prá varrer, passar pano, é uma profissão, né?

E em outro momento Paula fala:

> Vê, eu acho assim que eu vejo que, o pessoal fala "aí, empregada doméstica não tem direito", só lava, passa cozinha, limpa a casa e fica varrendo o tempo todo. Eu tô falando isso, porque uma vizinha minha me falou isso... que eu falei assim, porque eu convidei ela prá ir no congresso que vai ter, né? No dia 24 de maio, ela falou assim prá mim "só escutar varrer casa e limpar casa, eu fico em casa mesmo"... então, eu falei você tá enganada, porque tem direito... empregada doméstica... eu também pensava que era assim e não é assim... a gente que faz as lei... a partir do

> momento em que sai de casa prá trabalhar fora, a gente que tem que, a gente que faz as lei.

Joana também verbaliza o valor do trabalho doméstico:

> Porque eu acho que o serviço que a gente fazia, que a gente faz que é tudo, lavar, passar, arrumar, cozinhar, tinha que ganhar uns 10 salários, né? Eu acho, então, mas não eles paga um só salário prá fazer tudo isso.

Além disso, mesmo que a amostra de participantes seja pequena, observa-se que o trabalho doméstico é uma atividade recorrida por mulheres com pouca escolaridade, o que reforça a desvalorização do trabalho em um país onde o grau de escolaridade e qualificação profissional são fatores que estão envolvidos na determinação de salários e prestígio social. Joana afirma que se tivesse mais tempo de estudos, ela não trabalharia de trabalhadora doméstica, pois outros tipo de trabalho são melhores em comparação ao trabalho doméstico:

> Ah, tem que trabalhar, porque tenho pouco estudo, né? Se eu tivesse mais estudo, arrumava outra coisa melhor, né? (...) Ah, eu gostava de trabalhar no hospital, se eu pudesse ser uma enfermeira que seja, enfermeira que é mais... assim trabalhar num escritório uma coisa também assim.

As possibilidades de continuar os estudos são remotas, uma vez que o trabalho doméstico acaba por ocupar uma parte considerável do tempo semanal das trabalhadoras. Paula, a mais jovem das participantes tentou concluir o ensino médio, no entanto afirma que não foi possível continuar freqüentando a escola, pois não saía do serviço em tempo hábil para chegar na escola.

Apesar das colocações em que se expressam o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico, algumas das participantes também confirmaram a desvalorização e o estigma que permeiam essa categoria, assim como De Vault (2004) afirmou. No mesmo relato em que Paula defende o trabalho doméstico como profissão e como um trabalho digno de orgulho, ela acaba expressando o contrário. Sendo assim, em um primeiro momento Paula diz:

> Então não é fácil fazer esse serviço, eu não tenho vergonha de por na carteira que trabalho de empregada doméstica. Onde eu vou comprar nas loja, pergunta qual é a profissão, eu falo "sou empregada doméstica".

E depois Paula afirmou a respeito de uma patroa que não permitia que a trabalhadora fosse ao médico, pois atrapalharia o andamento do expediente:

> Ela fala que não, que vai atrapalhar, que não tem com quem deixar as crianças... porque tivesse com quem deixar as crianças, ela não ia contratar doméstica, que não sei o que... só assim porque eles não me chamam de empregada doméstica, pelo menos isso, eles não me chama. Eles me chama de tia, as crianças... e ela me chama pelo nome, né? Ela não deixa as crianças me chamar de empregada doméstica.

Nena também faz uma fala semelhante ao de Paula que confirmam o estigma e a desvalorização do trabalho doméstico:

> Oh, eu acho que é um trabalho (trabalho doméstico) que as patroa não dá valor... porque ce vê, elas, sei lá, eu acho que vê a gente como uma empregada e acabou, você é obrigada a fazer isso que é difícil você encontrar uma patroa que considera você uma funcionária e não uma empregada.

Quando questionada sobre qual seria a diferença entre ser "empregada" e ser "funcionária", Nena faz o contraponto do conteúdo da sua fala, afirmando o sentido de quem seria "empregado" como aquela pessoa que tem um emprego, contudo mesmo assim, afirma que ser empregada doméstica corresponde a ter menos valor do que as outras modalidades de "empregados":

> Eu acho que nenhuma porque emprego é emprego, eu acho que não importa o emprego, se você é médico e se você trabalha como médico, médico do (...) ele é empregado da prefeitura, ele tá trabalhando ali também como empregado, não é porque ele é médico que ele é mais do que as funcionárias lá, ele é empregado mesma coisa que as outras, mas eu acho que tem pouco valor a empregada doméstica.

A própria forma de utilização do termo "empregada" entra em coerência com a desvalorização do trabalho doméstico. Sob a ótica na Teoria das Representações Sociais, a construção das representações sociais não deixa de prescindir de um contexto sócio-histórico, o qual, por sua vez está imbuído em ideologias orientadas para a manutenção de valores e

relações sociais que preservem uma ordem dominante, que nesse caso, o trabalho doméstico como algo sem valor diante dos outros trabalhos.

Sendo assim, atribuir uma valorização distinta entre "funcionária" de "empregada" ao se referir ao trato de patroa com a trabalhadora doméstica, ilustra a localização de um valor que obedece a um sistema hierárquico do que é digno de bom tratamento e, no caso, ser "funcionária" possui maior valor do que ser "empregada" e, consequentemente, o tratamento também é diferenciado.

6.3 A formalização da relação de trabalho: a questão do registro em carteira.

O registro em carteira de trabalho possibilita às trabalhadoras o acesso aos direitos previstos pela CLT. Partindo do dado de que 74% das trabalhadoras domésticas não possuem relação de trabalho formalizada juridicamente, investigou-se na pesquisa qual seria a importância do registro para esse grupo de trabalhadoras.

Foram poucas vezes que as trabalhadoras domésticas tiveram suas carteiras registradas nas casas de família em que trabalharam. Algumas delas tiveram a experiência de trabalhar em usinas, firmas e no trabalho rural, trabalhos estes que possibilitaram o registro em carteira.

Todas elas afirmaram a importância do registro. As falas abaixo ilustram.

Lúcia afirma:

> Eu acho que o importante do registro é prá você assim, que nem eu agora, eu não tenho condições de pagar o INPS que eu conto com esse problema de saúde que tenho. Eu já procurei o advogado lá perto do INSS aqui de Jaboticabal, ele falou que eu teria que pagar o INSS um ano prá depois eu encostar no INPS, com todos esses problemas de saúde que eu tenho, eu falei "doutor, não tem emprego, eu vou pagar INSS que jeito? Da onde eu vou tirar esses dinheiro?"

Para Paula, o registro em carteira é necessário, pois:

> Eu não traba/traba/trabalho mais sem registro porque às vezes pode acontecer um acidente no serviço, a gente nunca sabe. Eu tava trabalhando normal... e de repente deu essa pedra na vesícula, que eu nem sei nem da onde vinha... Eu tinha problema, mas não doía nada... não doía nada, na barriga nada... então não pode trabalhar sem registro, porque a gente não sabe o que vai acontecer.

Nena fala da importância do registro como se carteira desse mais valor. Dar "mais valor" para Nena é referente aos direitos trabalhistas, como o direito ao afastamento e aposentadoria. Joana também defendeu a importância do uso da carteira de trabalho relacionada à aposentadoria. Joana é a mais velha das participantes, é possível que atualmente ela sinta as limitações físicas para o trabalho doméstico. Além disso, em seu relato, Joana afirma que a idade dificulta sua contratação para o trabalho em regime mensal.

Todas as participantes vivenciaram situação de doença ou uma gravidez que se fez necessário o afastamento temporário do trabalho. Para Paula foi possível garantir o afastamento do trabalho, pois na época ela possuía o vínculo empregatício formalizado. Já, Lúcia, Márcia e Joana não tiveram essa possibilidade tendo que ficar um tempo sem trabalhar e sem fonte de renda.

Apesar de pontuarem a importância do registro em carteira de trabalho, todas já aceitaram trabalhar sem um contrato formal. Nena mesmo após defender a utilização do registro, afirma que a carteira de trabalho poderia ser dispensável.

Além disso, o crescimento do trabalho da diarista em detrimento do trabalho por mês acarreta no estreitamente de opções disponíveis para as trabalhadoras. O trabalho da diarista se caracteriza por não ter vínculos empregatícios formais, e a doméstica passa a trabalhar em várias casas durante a semana, como ocorria com Márcia:

> Aí eu trabalhava na casa de um, trabalhava na casa de outro, trabalhei numa casa em Santa Ernestina também de empregada, aí vim pra cá e continuei, trabalhava de faxineira, trabalhava três dias na casa de uma, trabalhava dois dias na casa de outra.

A aceitação do trabalho sem registro teria relação com à atual condição de necessitar de uma fonte de renda e sendo assim, o registro não possui prioridade na procura de um trabalho. Além disso, a relação entre trabalhadoras domésticas e a patroas é um elemento importante na aceitação e a permanência no trabalho .

Como já foi explicitado, as participantes afirmaram que em algumas casas de família elas costumavam receber doações de comida e roupas, confirmando a existência de práticas paternalistas na relação com os patrões.

No entanto, apesar de não priorizarem a formalização do trabalho e entrar em uma dinâmica da relação com as patroas constituída de práticas que remetem a um passado escravagista, as trabalhadoras em nenhum momento apresentaram em seu relato alguma representação que se ancora diretamente na escravidão. Porém, apareceram elementos nos relato que possuem aspectos comuns com a condição servil do escravo doméstico, como a humilhação representada através da constante vigilância no trabalho, excesso de mandos e arbitrariedade da patroa.

Mas esta relação não aparece como integralmente desvantajosa para as trabalhadoras domesticas, pelo ao contrário, no relato de Nena, por exemplo, é possível visualizar os ganhos materiais conquistados a partir de doações das patroas, inclusive classificando a patroa como uma patroa "boa" :

> (...) que nem essa daí, ela foi uma patroa boa, que nem quando a Karina[13] casou também, eu não fiz festa, nem nada, Karin também casou grávida, a gente tava apertado, aí ela pegou, ela pegou, chegou na Karina e falou "olha, Karina, eu não posso te dar um presente bom, mas eu vou te dar o fogão...você quer?", ela falou assim "ah, se você me dar, eu aceito sim que eu não posso comprar agora, vou ter que ficar junto com a minha mãe, mas já tendo fogão, eu já posso morar separado", ela pegou e deu o fogão"

Quanto a esta interação que é marcadamente mesclada de práticas que se confundem do moderno com o ultrapassado, com o sustento dos direitos enquanto uma categoria profissional com práticas que remetem ao clientelismo, Kofes (2001) chama atenção que o ambiente de trabalho da doméstica é a moradia de uma família, configurando o que esta pesquisadora define de "doméstico": "Várias diferenças intercruzam-se no doméstico: diferenças de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado". (Kofes, 2001).

No caso de Nena, foi possível, através do seu relato, constatar que Nena defendeu por inúmera vezes os seus anseios e direitos, mesmo que fora dos trâmites legitimados pela formalização do contrato de trabalho. Ou até mesmo, inferir possíveis manobras que lhes permitiu a preservação de dignidade e confrontação com a sua situação de subalterna.

É importante ressaltar que chegar a estas constatações, não está sendo refutada e nem ignorada o fato do trabalho doméstico apresentar situações de humilhação, servilidade e desvalorização social, que por sua vez, é representada inclusive pela própria trabalhadora desta maneira. Ou mesmo rejeitar a constatação de uma relação assimétrica delineada por diferenças hierárquicas de poder e de classe. O que está em questão nessa parte da análise, é o reconhecimento da potencialidade de resistência à dominação e que o pólo mais fraco não está isento de inteligências astutas para lidar com o poder.

Brites (2003) tem muito a contribuir com estas análises, principalmente no que se refere à problemática da presente pesquisa.

Denominada de "paradoxo" a situação do atual panorama do trabalho doméstico assalariado, isto é, a presença de uma conservação de práticas pertencentes a um passado escravista ao mesmo tempo em que há uma possibilidade de profissionalização do trabalho

---

[13] Filha da participante

doméstico, seria possível atribuir a esta suposição do parodxo o binarismo da visão que separa atitudes arcaicas de atitudes do ideário moderno.

Brites (2003), portanto, afirma que há alguns estudiosos que criticam esta postura generalizante e binária da análise de contextos de países periféricos. Isto quer dizer que a ótica do binarismo de práticas políticas das sociedades estão mais coerentes com países centrais, sendo necessária a construção de novas formas de análises que estejam em consonância com a história e cultura dos países que apresentam o panorama parecido com o Brasil.

A partir do reconhecimento de práticas de resistências dos subalternos diante do poder dos dominantes fora dos roteiros públicos que são notadamente constituídos exclusivamente pelo ideário moderno de igualdade de direitos , é possível não deixar de isentar tais práticas de posições e reações políticas, no sentido de que subalternos através de suas formas subreptícias que operam dentro dos roteiros encobertos de impedir que o poder do pólo forte seja hegemônico.

.

6.3 O sentido do trabalho

A necessidade de obter uma atividade lhe possibilite uma fonte de renda é permanente. Além da necessidade de sustento proporcionado pelo trabalho, as participantes também deram à atividade laboral, o sentido de independência financeira do marido, isto é, uma autonomia maior em relação ao cônjuge. A fala de Nena é um bom exemplo de como estas mulheres significam o trabalho:

> Ah,acho que trabalho representa muita coisa,né, independência, né, porque aí você pode, você trabalha você é independente, né, se depender do marido pra comprar um até um pente, você precisa depender do dinheiro dele, uma roupa, tem que ficar

> dependendo dele, então você ter o teu dinheiro acho que é, acho que a pessoa sente mais dona de si mesmo.

O trabalho, portanto, lhe permite ter uma autonomia diante da sua condição de esposa. “Ser mais dona de si” a localiza em uma posição de independência em relação ao marido, representação essa ancorada sobre o discurso da emancipação da mulher oriundo de um passado recente, onde o movimento feminista passou a ter mais expressão.

Além dessa possibilidade de sentido dado ao trabalho, algumas das participantes verbalizaram a função psicológica e moram que o trabalho assume em suas vidas. Um trecho do relato de Joana expressa com clareza estas funções:

> Eu, no meu pensar, o fruto do trabalho é, porque o trabalho, além da pessoa ganhar, a pessoa distrai também, né...eu acho que é isso aí (...)Não fica pensando bobeira, não fica nervosa, porque a gente tando parado, a gente pensa muita coisa ruim, pensa no que já passou, pensa em coisa ruim, e ocê tando trabaiando, oce ta ali insistindo, não ta pensando em coisa ruim, ocê só ta pensando no seu trabalho ali...

É interessante notar que o trabalho passa a ser de uma atividade realizada exclusivamente para a sobrevivência, isto é, como um meio de obtenção de renda para uma atividade de distração e até uma forma de evitar os males e pensamentos ruins.

Neste ponto, é possível apontar que há uma aproximação entre falas de algumas participantes com o sentido do trabalho descrito por Dejours e os estudos da Psicodinâmica do Trabalho enfatiza que o sentido do trabalho se constrói a partir da relação de prazer e sofrimento que o trabalhador estabelece com a atividade laboral na relação com o real do trabalho.

O sentido do trabalho pode assumir uma versão multiforme nos relatos e nas vidas dessas mulheres trabalhadoras, no entanto, a atividade laboral é acima de tudo, uma necessidade de manutenção da sobrevivência e da prática do consumo. Sendo assim, a

participação da renda que estas mulheres conseguem obter é de suma importância para o sustento das necessidades do lar e dos membro da família.

6.4 O trabalho doméstico como possibilidade emancipação feminina?

Todas as participantes da pesquisa passaram a ser responsáveis pelos afazeres domésticos desde a tenra idade, assumindo em alguns casos, os cuidados integrais da casa e dos membros da família, pois as mães trabalhavam fora de casa ou mesmo haviam falecidas. Em famílias onde não há possibilidade da contratação de uma doméstica por uma determinação sócio-econômica, quando a mulher não pode assumir os cuidados da casa, estes passam a ser responsabilidade das filhas.

Além disso, as participantes relataram que em houveram interrupções na trajetória de trabalho, pois estas tiveram que assumir os cuidados dos filhos. Assim como ilustra a fala de Joana:

> Não eu parei assim, eu trabalhei, depois que casei fiquei uns mês sem trabalhar, uns anos sem trabalhar...aí depois fiquei grávida desse meu menino, desse que ta comigo, esse mais velho, né, aí depois fiquei grávida dele aí não pude mais trabalhar, aí depois ele cresceu um pouco, uns dois anos, aí depois comecei a trabalhar de empregada de novo...aí arrumei esse serviço de empregada e comecei a trabalhar.

Apesar de o trabalho assumir uma função e um sentido de independência financeira e maior autonomia em relação ao marido, foi possível constatar a perspectiva de papéis que se sobrepõem ao de trabalhadora e mulher independente relacionados ao contexto familiar. Isto fica claro principalmente quando as participantes se colocam em seus relatos como responsáveis pela criação dos filhos e os cuidados da casa.

Afirmar a emancipação feminina demanda a discussão sobre gênero feminino e masculino e os papéis a ambos atribuídos na sociedade ocidental. O trabalho doméstico assalariado possibilitou a uma parcela da população feminina a busca por uma carreira fora da esfera reprodutiva. No entanto tal avanço foi possível a partir do momento em que outra mulher ficasse responsável pelos afazeres domésticos. O que se observa, então é que não há uma emancipação total da mulher em relação às relações de poder entre gêneros, onde é delegado ao gênero feminino os cuidados do lar.

Sendo assim, há a manutenção de valores sexistas e por estes se pautarem sobre pressupostos machistas, há também uma desvalorização de qualquer tipo de atividade que se desenvolva na esfera reprodutiva.

Portanto, há a manutenção da divisão sexual do trabalho orientada pela permanência das diferenças entre homem e mulher e suas respectivas funções no mundo fora e dentro do espaço do domicílio. Desta maneira, emerge a representação da mulher dotada de habilidades para as tarefas de casa, para o trabalho doméstico, subestimando o valor deste último (Nobre, 2004), pois o trabalho doméstico assalariado passa a ser visto como uma extensão das habilidades naturais do papel da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico remunerado, apesar de pouco valorizado e permanecer na invisibilidade, é uma das modalidades de trabalho mais comuns entre as mulheres representando cerca de 17% da participação feminina na PEA. Encontra-se entre a formalidade, no que tange aos direitos estendidos a esta categoria, e a informalidade, quanto à relação profissional que as trabalhadoras domésticas estabelecem com as patroas.

No Brasil, tem suas raízes no escravagismo e está atrelado à divisão sexual do trabalho que, sócio-historicamente, construiu a distinção entre os papéis de gênero, ficando a cargo da mulher a responsabilidade pelos cuidados da casa e da família. Além disso, sofre o

atravessamento de questões de classe, pois as trabalhadoras domésticas são mulheres da massa urbana que cuidam da casa e da família para que as mulheres da camada social superior exerçam outras modalidades de trabalho remunerado.

Portanto, instala-se a bipolaridade quanto ao trabalho feminino, isto é, por um lado verifica-se um aumento da participação no mercado de trabalho e a inserção em profissões de nível superior de prestígio e, por outro, há forte presença em trabalhos precarizados e de pouca valorização social como a responsabilidade pelos afazeres domésticos e o trabalho doméstico assalariado, herdeiros do escravagismo, em um corte de raça, gênero e classe social claramente definido.

Os resultados centrais indicaram que a configuração desta relação inerente ao trabalho doméstico, torna esta atividade mais próxima da servidão: a trabalhadora doméstica está isolada, suas humilhações não estão compartilhadas, está diretamente submetida à patroa por conta de uma relação assimétrica e não formalizada de poder que não deixa claro quais seriam as regras do contrato de trabalho, permitindo abusos e fraudes de ambas as partes.

No entanto, a própria relação dotada de uma dinâmica de poder entre os dois pólos, trabalhadora doméstica e patroa, apresenta brechas de atuação de ganhos para as domésticas, ganhos estes não ignorados e nem passado despercebidos. Além disso, nessa relação em questão não há um poder hegemônico do mais forte sobre o mais fraco, isto é, a experiência da doméstica não se restringe apenas à condição de servilidade.

Portanto, é possível constar no relato das participantes , todos estes elementos que se portam ora como coerentes entre si, ora como incoerentes. Além disso, é apresentado à pesquisadora um cenário aparentemente difuso, atravessado por situações e representações que fortalecem a condição servil, como também demonstram uma possibilidade de controle

no ambiente de trabalho, inclusive, podendo até reverter a situação de poderes presentes no doméstico.

A representação social do trabalho doméstico apresentada pelas próprias trabalhadoras domésticas que participaram da pesquisa, contém ambivalências que em alguns momentos de aproximam de representações que desvalorizam o trabalho doméstico e a própria figura da doméstica contrapondo-se, assim aos outros tipos de trabalho que se pautam na lógica da esfera produtiva e em outros momentos é reforçado o valor do trabalho e que não está hierarquicamente representado abaixo de outras modalidades de trabalho.

Além disso, verificou-se que o registro em carteira de trabalho possui importância para as participantes, no entanto, por algumas razões a formalização da relação de trabalho acaba não sendo adotada. Uma das razões seria o fato do trabalho da diarista estar em alta, em detrimento da diminuição da disponibilidade de trabalho de mensalista, e sendo assim, na maioria das formas de contratação da diarista, não obriga o contratante assinar a carteira de trabalho. Outra razão reside na questão relação entre trabalhadoras domésticas e a patroas é um elemento importante na aceitação e a permanência no trabalho , assim como foi descrito na seção anterior.

A própria representação do trabalho doméstico como extensão das habilidades naturalmente femininas dificulta o reconhecimento deste tipo de atividade como um trabalho socialmente legítimo e digno de acesso a todos os direitos previstos pela CLT.

Apesar do sentido e da função da atividade de trabalho não ser o ponto central dessa pesquisa, foi possível constatar que o trabalho doméstico possibilitou às participantes um meio de obtenção de renda que implica na manutenção da sobrevivência do lar e os sustento da família. Isso leva às mulheres expressarem a condição de independência financeira do

marido e também de como o trabalho assume uma função de distração e prevenção de males e pensamentos ruins.

No entanto ao mesmo tempo em que há uma real possibilidade de independência financeira da mulher em relação ao marido, dando abertura a uma condição de emancipação da mulher pregada pela corrente feminista de pensamento, a própria forma de existência e do trabalho doméstico em um país como o Brasil, contribui para a manutenção de uma divisão sexual do trabalho orientada por uma interação de gênero, cuja relação de poder caminha ao lado de um sexismo machista.

Conclui-se que o trabalho doméstico é uma modalidade de trabalho remunerado que faz transparecer o lugar e o papel social da mulher na sociedade brasileira atravessada pelas questões de raça, gênero e classe, e que apresenta uma ambigüidade às trabalhadoras domésticas e às suas patroas.

Em relação às patroas, elas se libertaram parcialmente do papel de responsáveis pelos afazeres domésticos (questão de gênero), mas contratam outras mulheres de uma camada social inferior (questão de classe) para executarem esse trabalho, reforçando o papel social do qual estão, gradativamente, se emancipando.

No tocante às trabalhadoras domésticas, seu trabalho permite uma renda e certa independência financeira, indicando uma relativa emancipação, entretanto reproduz o lugar de responsável pelos afazeres domésticos (questão de gênero) e submetida a relações informais que remeteriam às raízes escravagistas desta modalidade de trabalho (questão de raça) estabelecidas por suas patroas, que se emanciparam destas atribuições (questão de classe).

Duas considerações são importantes.

Primeiramente, vale salientar que o trabalho doméstico é uma dentre tantas outras possibilidades para o grupo de trabalhadores da massa urbana, que tem seu trabalho marcado, em geral, pela precarização e pela informalidade.

E, em segundo lugar, é importante explicitar que todas as participantes da pesquisa foram acessadas através do sindicato. Apesar delas não serem filiadas, em algum momento da trajetória de trabalho, as trabalhadoras domésticas recorreram ao sindicato para obter auxílio jurídico e informações acerca dos direitos trabalhistas.

Tal explicitação faz-se conveniente na pesquisa, uma vez que o contato com o sindicato pode levar à análise que esta aproximação com o sindicato pode ter contribuído para as falas que defendem o respeito aos direitos trabalhistas. No entanto, verificou-se que a defesa pelos direitos já estavam presentes nas experiências anteriores ao momento em que estas trabalhadoras contataram o sindicato.

Este contato pode ter reforçado a representação do trabalho doméstico como digno de reconhecimento como trabalho real e legítimo, jurídico e formal, no entanto, os próprios relatos das participantes comprovam que a rotina e o cotidiano de trabalho, os esforços implicados nos afazeres domésticos, são aspectos a serem levados em consideração e reconhecidos diante de um contexto em que essa modalidade de trabalho possui uma invisibilidade psicossocial.

Porém, faz-se necessário afirmar que seria pertinente uma pesquisa sobre trabalho doméstico assalariado, cuja investigação contasse com a participação de trabalhadoras domésticas que não tiveram em algum momento da trajetória de trabalho qualquer modalidade de contato com o sindicato, para que se possa verificar se há representações distintas das representações sociais apresentadas na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* Campinas: Cortez.

Arendt, H. (1987). *A condição humana* (10a ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária (originalmente publicada em 1958).

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Bakhtin, M. (1987). *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.

Barbieri, T. (1991). Sobre la categoria de gênero: una introducción teórico-metodológica. In Azeredo, S. E. & Stolcke, V. (Orgs.), *Direitos Reprodutivos* (pp. 25-47). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

Barros, M. N. F (1985). *Análise psicossocial das representações de empregadas domésticas (um estudo exploratório)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Bazilli, C. et al. (1998). *Interacionismo simbólico e teoria de papéis*. São Paulo: EDUC.

Blanch, J. M. (Org.). (2003). *Teoría de las relaciones laborales. Desafíos*. Barcelona: UOC.

Brasil (1988). *Constituição, República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

Brites, J. (2003). Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. *Campos-Revista de Antropologia Social, 3,* 65-82.

Brites, J. (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu, 29,* 91-109.

Bruschini, M. C. A. & Lombardi, M. R. (2000). A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, 110, 67-104.

Bruschini, M. C. A. (2007). *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos* (CD ROM). In *Anais do Seminário Internacional Gênero e Trabalho*, 1. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes.

Costa Pinto, L. A. (1970). *Sociologia e desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Costa, S. G. (2007). Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, *27* (54), 39-54.

Cruz, S. A. (2002). O trabalho precário no feminino: um caso em estudo (CD ROM). In *Anais do Congresso Português de Sociologia*, 4. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Davis, R. (1988). *Novos apontamentos trabalhistas*. São Paulo: LTr.

De Vault, M. L. (1994). *Feeding the family: the social organization of caring as gendered work*. Chicago: University of Chicago Press.

Deddeca, C. S. (2007). Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres (CD ROM). In *Anais do Seminário Internacional Gênero e Trabalho*, 1. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Dejours, C. (1999). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: FGV.

Fróes, M. H. (2002). Trabalhador doméstico. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, *16*.

Gélis, J. (1991). A individualização da criança. In Ariès, P. & Duby, G. (Orgs.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (v.3, pp. 311-29). São Paulo: Companhia das Letras.

Giard, L. (1994). História de uma pesquisa. In M. Certeau, *A invenção do cotidiano - artes de fazer* (pp. 9-32). Rio de Janeiro: Vozes.

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação Social: um problema político em Psicologia. *Revista Psicologia USP*, *9* (2), 11-67.

Gorz, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guareschi, N. (1993). A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In M. J. P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 212-233). São Paulo: Brasiliense.

Hahner, J. E. (1990). *Emancipating the female sex: the struggle for women rights in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.

Hare-Mustin, R. & Marecek, J. (1990). *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press.

Hirata, H. (1987). Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. *Tempo Social*, *1* (2), 63-78.

Hirata, H. (2001). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, *17/18*, 139-156.

Hondagneu-Sotelo, P. (2001). *Doméstica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence.* Berkeley: University of California Press.

Howard, J. A. & Hollander, J. (1997). *Gendered situations, gendered selves*. London: Sage.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002***.** Recuperado em 5 de abril, 2006 de **http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2004). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004***.** Recuperado em 5 de abril, 2006 de **http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm**.

Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.

Kofes, S. (2001). *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Editora da Unicamp.

Lamas, R. W-N. (1995). *Mulheres para além do seu tempo*. Lisboa: Bertrand.

Lancman, S. & Sznelwar, L. I. (2004). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Lautier, B. (2003). Las empleadas domésticas latinoamericanas y la sociología del trabajo: algunas observaciones acerca del caso brasileño. *Revista Mexicana de Sociologia*, *65* (4), 789-814.

Lukács, G. (1982). *The ontology of social being: labour*. London: Merlin Press.

Magalhães, A. A. (1998.) *Representações sociais do trabalho doméstico: trazendo à luz a dona-de-casa*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Magalhães (2005).

Markert, W. (2002). Trabalho e consciência de classe: mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classe. *Tempo Social*, *Revista de Sociologia da USP*, *14* (2), 19-36.

Martins (2005).

Marx, K. (1980). *O capital: crítica da economia política I* (6a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (originalmente publicada em 1867).

Marx, K. & Engels (1991). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.

Mattoso, J. E. L. (1994). Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva, 8* (1), 13-21.

Méda, D. (2004). *Le travail*. Paris: PUF.

Mello, S. L. (1998). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.

Melo, H. P. (1998). O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Texto para discussão 565*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA)**: Rio de Janeiro/Brasília.

Melo, H. P., Pessanha, M. C. & Parreiras, L. E. (2005). A economia política do serviço doméstico remunerado: rendimentos e luta sindical. In I. M. S. Galeazzi (Org.), *Mulher e trabalho* (pp. 106-117). Porto Alegre: FEE.

Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition. Perspectives on everyday understanding* (pp.181-209). New York: Academic Press.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nobre, M. (2004). Trabalho doméstico e emprego doméstico. In A. A. Costa, E. M. Oliveira, E. M. B. Lima & V. Soares (Orgs.), *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (pp. 61-70.) São Paulo: CUT.

Nogueira, C. (2000). *Feminismo e discurso do género na psicologia social*. Braga: Universidade do Minho.

Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, *112*, 137-153.

Oliveira, A. (1969). *Feminismo*. Lisboa: Verbo.

Pinsky, J. (2000). *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Quadros, W. J. (2003). A evolução recente das classes sociais no Brasil. In M. W. Proni & W. Henrique (Orgs.), *Trabalho, mercado e sociedade* (pp. 15-69). São Paulo: EDUNESP.

Ribeiro, M.A. (2004*). Orientação profissional para "pessoas psicóticas": um espaço para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos.* Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Saffioti, H. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

Santana, M. V. (2003). *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

Santana, V. S. et al. (2003). Emprego em serviços domésticos e acidentes de trabalho não fatais. *Revista de Saúde Pública, 1* (37), 65-74.

Santos, G. R. R., Mesquita, P.L. & Deiab, R. A. (2003). *Entre a casa e a rua: a relação entre patroas e empregadas domésticas*. Recuperado em 27 de março, 2006 de http://www.n-a-u.org/entreacasa1.

Santos, T. S. (2004). *Carreira profissional e gênero: a trajetória de homens e mulheres na medicina* (pp. 2-21). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Scott, J. (1990). *Domination and the arts of resistence: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, *20* (2), 71-99.

Scott, J. W. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, *13* (1), 11-30.

Sorj, B. (2004). *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Spink, M. J. P. (1993a). O estudo empírico das representações sociais. In M. J. P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 85-108). São Paulo: Brasiliense.

Spink, M. J. P. (1993b). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, *9* (3), 300-308.

Stavenhagen, R. (1962). Estratificação social e estrutura de classes. In O. G. Velho, M. G. S. Palmeira & A. R. Bertelli (Orgs.). (1981), *Estrutura de classes e estratificação social* (pp. 133-169). Rio de Janeiro: Zahar.

Thompson, E. P. (1979). *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo.

West, C. & Fensternmaker, S. (1997). Doing difference. In M. R. Walsh (Ed.), *Women, men and gender: ongoing debates* (pp. 58-72). New Haven: Yale University Press.

ANEXOS

ANEXO 1 - Roteiro de entrevista

1 a Parte: Identificação da Participante

1) Norne:
2) Idade:
3) Etnia:
4) Escolaridade:
5) Estado Civil:
6) Constituição Familiar:
7) Cidade de origem:
8) Cidade onde reside atualmente:

2ª Parte: O Trabalho

1) Qual é a trajetória profissional dos seus pais?

2)Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional.

Quanto ao trabalho doméstica,abordar:

2.1Há quanto tempo trabalha como doméstica?

2.2 Como começou a trabalhar como doméstica?

2.3 Quais as razões que a levaram a trabalhar como doméstica?

2.3 Qual foi a trajetória como doméstica até o momento atual.

3) Sobre o atual emprego:

3.1 Há quanto tempo trabalha no atual emprego?

3.2 Como começou a trabalhar no atual emprego?Por agência, por indicação ou por procura própria?

3.3É diarista ou mensalista? Trabalha em mais de uma casa?

3.4 Possui registro na carteira de trabalho?

3.5 O patrão e/ou patroa paga o FGTS?

3.6 Você acha que é importante ter carteira de trabalho? Por que?

3.7 Qual é o rendimento mensal?

3.8 Quantas horas por dia trabalha?

3.9 Como foi firmado o contrato de trabalho?

3.9. 1 Descreva a relação com a patroa e/ou patrões.

3.9.2 Gosta de trabalhar como doméstica?

3.9.3 Que importância tem o trabalho pra você?

3.9.4 Gostaria de trabalhar em outra profissão? Em qual? E por quê?

3.9.5 Como definiria o trabalho doméstico

4) Quais são as perspectivas futuras?

ANEXO 2 - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(De acordo com a Resolução n° 196/96 sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Brasília-DF)

Meu nome é Lívia Midori Okino Yoshikai sou aluna do mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Estou realizando uma pesquisa intitulada ***"Análise Psicossocial da Trabalhadora Doméstica,através das representações sociais de trabalho*** "e sou orientada pelo Prof". Dr.Marcelo Afonso Ribeiro.
Os meus objetivos nesta pesquisa são reconstruir a história do trabalho doméstico localizada dentro do processo de construção sociohistórica do trabalho;analisar e compreender as representações sociais de trabalho em trabalhadores domésticos e patrões.
Serão realizadas entrevistas que poderão ser feitas em um ou mais encontros e eu gostaria de gravá-las, caso permita. As gravações são importantes para que eu possa ter suas respostas preservadas do modo como foram ditas e, posteriormente, transcrevê-las e analisá-las
Durante a entrevista, estaremos falando de um assunto íntimo, que pode trazer lembranças e sentimentos à tona. Caso não se sinta à vontade para continuar a entrevista, você tem o direito de interrompê-la a qualquer momento.
Após realizada a transcrição do seu relato, você terá a possibilidade de ler o que foi dito na entrevista. Desta forma, você poderá (caso desejar) modificar algo no relato ou até mesmo desistir de participar desta pesquisa.
É muito importante esclarecer que sua identidade (seu nome) não será revelada em nenhum momento. Eu utilizarei os relatos na pesquisa, publicarei e arquivarei os depoimentos, tomando os cuidados para que você e as pessoas que venham a ser citadas não sejam identificadas neste trabalho. Só eu conhecerei sua identidade e me prontifico a guardar sigilo sobre a mesma.
Para que eu possa realizar esta pesquisa, preciso que assine esse documento que deixa claro a sua decisão livre e espontânea em aceitar ser entrevistada, após ter lido o que foi dito acima e ter tirado quaisquer dúvidas que tenham surgido sobre a sua participação neste estudo.
Após assinar esse documento, você continua tendo o direito de interromper a entrevista ou não responder a alguma pergunta, sem precisar explicar seus motivos para a recusa. Essa desistência não te prejudicará de forma alguma.
Este termo será assinado por mim e pela entrevistada, sendo que uma das duas cópias ficará comigo, e outra com você.

Certificado de Consentimento

Eu (nome do entrevistado) _____R.G. n° _____, declaro estar informada sobre a minha participação na pesquisa intitulada ***"Análise*** *Psicossocial* ***do Trabalhador Doméstico,através das representações sociais de trabalho".*** Após ter as minhas dúvidas esclarecidas pela pesquisadora, declaro que concordo em participar deste estudo, sob a responsabilidade da psicóloga Lívia Midori Okino Yoshikai. Minha participação é livre e espontânea, conforme o que foi exposto no termo de consentimento. Após dar meu relato, terei a possibilidade de ler a transcrição do mesmo e poderei interromper minha participação neste trabalho, caso sinta necessidade. Eu permito a divulgação dos dados desta pesquisa, estando ciente de que eles não serão associados a mim e às pessoas que eu possa me referir.

1. ( ) Autorizo a gravação do meu depoimento.
2.( ) Aceito a realização de uma segunda entrevista, caso a pesquisadora necessite esclarecer possíveis dúvidas.

Cidade _____, de _____, 2008.

Assinatura do entrvistado:

Assinatura da pesquisadora:

Lívia Midori Okino Yoshikai
Contato: (16) 81620952
liviamid@hotmail.com